

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de
Leitura e Produção de Texto – PROLEITURA

ALEX LOPES FIGUEIRA

**O ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS
ARGUMENTATIVAS: ELABORAÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM USO DO
ARTIGO DE OPINIÃO PARA O ENSINO MÉDIO**

Belo Horizonte

2024

ALEX LOPES FIGUEIRA

O ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS: ELABORAÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM USO DO ARTIGO DE OPINIÃO PARA O ENSINO MÉDIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto (PROLEITURA), como requisito parcial para obtenção de título de especialista em Ensino de Leitura e Produção de Textos.

Orientadora: Allana Mátar de Figueiredo

Belo Horizonte

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

Realizou-se, no dia 29 de julho de 2024, às 19:30 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *O ENSINO DA ARGUMENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS: ELABORAÇÃO DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA COM USO DO ARTIGO DE OPINIÃO PARA O ENSINO MÉDIO*, apresentado por ALEX LOPES FIGUEIRA, número de registro 2023659510, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Allana Mátar de Figueiredo - Orientadora, Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal (UFOP), Prof. Jairo Venício Carvalhais Oliveira (UFMG).

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 29 de julho de 2024.

Profa. Allana Mátar de Figueiredo (Mestra)

Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal (Doutora)

Prof. Jairo Venício Carvalhais Oliveira (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Leiva de Figueiredo Viana Leal, Usuário Externo**, em 30/07/2024, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Allana Mátar de Figueiredo, Professora do Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 30/07/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jairo Venício Carvalhais de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 30/07/2024, às 22:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3334849** e o código CRC **500A861E**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso marca não apenas o término de uma etapa acadêmica, mas também um momento de profunda gratidão às pessoas que tornaram possível este projeto dedicado ao ensino da argumentação no contexto do artigo de opinião para o Ensino Médio.

Primeiramente, expresso minha sincera gratidão a minha orientadora, Allana Mátar de Figueiredo, pela orientação dedicada, paciente e por contribuições tão valiosas ao longo de todo o processo. Sua orientação foi fundamental para moldar este trabalho e para meu crescimento acadêmico e profissional. Mais do que isso: a sua atenção e preocupação comigo nos momentos mais difíceis da caminhada e da produção deste trabalho.

À minha instituição de ensino, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por proporcionar os recursos necessários e o ambiente propício para o desenvolvimento deste estudo. Agradeço também aos professores e funcionários do PROLEITURA que, de diversas formas, contribuíram para a minha formação ao nesses quase dois anos.

Às minhas amigas Andressa Santos de Oliveira e Zuleide Dayane Castor Friedkin, pela troca de experiências, apoio mútuo e momentos compartilhados, que tornaram esta jornada acadêmica mais rica e gratificante.

À minha família, em especial a minha mãe Maria Lúcia Lopes Figueira, pelo amor incondicional, encorajamento constante e pelo suporte emocional que tornaram possível minha dedicação aos estudos.

Aos meus alunos do Ensino Médio, do Colégio Padre Otávio Moreira, em Marataízes – ES que realizaram a atividade na disciplina de eletivas aos sábados e que acreditarem na minha pesquisa, cuja colaboração foi essencial para a confirmação dos resultados apresentados neste trabalho.

À minha eterna pedagoga, Claudia Bachetti Cestari que permitiu a realização da atividade junto aos alunos e que me apoiou nos momentos de dificuldade no trabalho com um tema polêmico, mas tão caro a nossa sociedade. Você foi essencial na minha vida e continua sendo, por acreditar que o professor, definitivamente, tem o seu papel de importância na educação dos nossos alunos.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste TCC. Este trabalho não seria possível sem o apoio e a colaboração de cada um de vocês.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

Diversos objetivos atrelados pela BNCC de 2017 ao Ensino Médio mencionam a importância do uso pedagógico dos gêneros textuais para desenvolver habilidades necessárias na formação básica dos sujeitos, preparando-os para a vida social e política. O uso do artigo de opinião é indicado como uma possibilidade pedagógica altamente frutífera para a formação na educação básica, uma vez que este tipo de gênero textual é capaz de estimular condutas necessárias para a atual vida cívica. O objetivo geral desta pesquisa foi mostrar que o artigo de opinião pode contribuir para a formulação de estratégias argumentativas e desenvolvimento de habilidades de escrita e fala permeadas pelo senso crítico fundamentado. Utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica para fundamentar a pesquisa com resultados extraídos de outros estudos científicos, livros, legislações e normas vigentes. Os estudos científicos foram buscados nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), com ano de publicação entre 2008 e 2024, no idioma Português e em formato de artigo científico, dissertação ou tese. Esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo descritivo e procedimento bibliográfico. Teve-se por base teórica principal desta pesquisa as epistemes trabalhadas por Luciano Vidon, Luiz Marcuschi e Mikhail Bakhtin. Os resultados encontrados a partir da análise do aporte teórico demonstraram que o artigo de opinião é um tipo de gênero textual de alta relevância para uso pedagógico na formação básica, nos níveis Ensino Fundamental e Médio, uma vez que estimula o desenvolvimento de inúmeras habilidades exigidas pela BNCC, a exemplo do pensamento crítico, da análise de conteúdo etc. Por produto final, esta pesquisa construiu e dispôs de uma sequência didática que se utilizou do artigo de opinião como base pedagógica, tendo por temática a cultura do estupro, destinada ao Ensino Médio. Concluiu-se criticamente esta pesquisa em que se destaca a urgência de se trabalhar esse e demais gêneros textuais na educação básica, formando assim cidadãos mais aptos a lidarem de forma ativa em suas vivências sociais e políticas, sendo capazes de confrontar informações falsas e se posicionarem de forma adequada diante de questões sociais relevantes e emergentes.

Palavras-chave: argumentação; artigo de opinião; ensino médio; sequência didática.

ABSTRACT

Several objectives linked by the BNCC of 2017 to High School mention the importance of the pedagogical use of textual genres to develop skills necessary in the basic formation of subjects, preparing them for social and political life. The use of the opinion article is indicated as a highly fruitful pedagogical possibility for training in basic education, since this type of textual genre is capable of stimulating behaviors necessary for current civic life. The general objective of this research was to show that the opinion article can contribute to the formulation of argumentative strategies and the development of writing and speaking skills permeated by a grounded critical sense. The methodology of literature review was used to support the research with results extracted from other scientific studies, books, legislation, and current standards. The scientific studies were searched in the databases of the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) and the *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), with a year of publication between 2008 and 2024, in the Portuguese language and in the format of a scientific article, dissertation or thesis. This was qualitative research, of a basic nature, with a descriptive objective and bibliographic procedure. The main theoretical basis of this research was the epistemes worked by Luciano Vidon, Luiz Marcuschi and Mikhail Bakhtin. The results found from the analysis of the theoretical contribution demonstrated that the opinion article is a type of textual genre of high relevance for pedagogical use in basic education, at the levels of Fundamental and Secondary Education, since it stimulates the development of numerous skills required by the BNCC, such as critical thinking, content analysis, etc. As a final product, this research built and had a didactic sequence that used the opinion article as a pedagogical basis, having as its theme the culture of rape, intended for High School. The aim of this research is to highlight the urgency of working with this and other textual genres in basic education, thus forming citizens who are better able to deal actively in their social and political experiences, being able to confront false information and position themselves appropriately in the face of relevant and emerging social issues.

Keywords: argumentation; opinion article; high school; didactic sequence.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias dos gêneros discursivos Bakhtin.....	15
Quadro 2: Categorias dos gêneros discursivos segundo Marcuschi.....	17
Quadro 3: Classificação e exemplos dos tipos de argumentação segundo Koch.....	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS EM BAKHTIN E MARCUSCHI	13
3 DA ARGUMENTAÇÃO E DO ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO	21
4 O QUE A BNCC FALA SOBRE O ARTIGO DE OPINIÃO	27
5 A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR O ARTIGO DE OPINIÃO NA ESCOLA	35
6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a formação básica educacional é subdividida em três níveis de relevância e complementares, sendo eles o ensino infantil, o fundamental (I e II) e o médio. De acordo com a CF de 1988, a formação básica tem a finalidade de pleno desenvolvimento dos cidadãos para a vida social e exercício da cidadania (Brasil, 1988). Preocupando-se com a uniformização do ensino básico no país, foi promulgada em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traz diretrizes específicas para a composição dos currículos pedagógicos das instituições de ensino básico (Brasil, 2017). Os objetivos de aprendizagem indicados pela BNCC para a formação básica educacional visam preparar os sujeitos sociais para a vida social e profissional. Formação essa que abrange tanto a intersubjetividade quanto a coletividade, preparando-os para uma convivência social e política plena.

Em consonância com a base normativa da BNCC, atribui-se como um dos objetivos da formação básica a importância do desenvolvimento da capacidade argumentativa nos discentes, iniciada nos anos finais do ensino fundamental. Segundo Drum e Lebler (2020), o desenvolvimento desta capacidade é de suma relevância para que a preparação educacional de base capacite os sujeitos na argumentação crítica, estimulando a reflexão e a intersubjetividade de produção textual e de opinião. É justamente sobre esta percepção epistêmica que as narrativas textuais da própria BNCC assentam-se, indicando a necessária interdisciplinaridade da argumentação que, na leitura, deve estimular a argumentação nas suas mais distintas nuances – como movimentos argumentativos, tipos de argumento, força argumentativa – e a persuasão.

Vidon (2023) cita ser imprescindível que a capacidade argumentativa trabalhada no ensino fundamental seja fortalecida e mesmo ampliada no ensino médio, valendo-se das próprias diretrizes disponibilizadas pela BNCC. Isso porque, como mencionado pelo estudo produzido por Vieira (2013), a ausência da capacidade argumentativa na leitura de produções textuais ou na emissão de opiniões reduz a potencialidade de participação sócio-política efetiva. Tem-se na escola o dever de formar cidadãos preparados para uma vida social mais ativa que, para Freire (1996), sejam sujeitos mais críticos e reflexivos, dotados de compreensão e habilidades necessárias para um melhor exercício da cidadania e participação social ávida capaz de alterar realidades de mundo deletérias.

Seguindo as razões epistêmicas produzidas por Koch (2018), pode-se compreender que a capacidade argumentativa eleva a habilidade da retórica – escrita e falada – dos sujeitos, dotando-lhes uma maior e melhor visão de mundo para expressar opiniões próprias a partir da interpretação textual de terceiros ou mesmo das autoproduções. No trabalho das estratégias

argumentativas em sala de aula, o artigo de opinião é indicado por Marcuschi (2005) como um dos gêneros textuais capazes de estimular a capacidade argumentativa a partir da leitura. Por meio do trabalho pedagógico com artigos de opinião, a formação básica do ensino médio pode expandir a qualidade do desenvolvimento das habilidades da crítica reflexiva e argumentativa nos sujeitos (Vieira, 2013).

Koch e Elias (2011) sustentaram em uma das suas teses que o texto deve ser visto como um lugar promissor para a interação de sujeitos sociais que neles se constituem e são constituídos, sendo ele um lugar de expressão e reinterpretação expressiva a partir da escrita preliminar, da leitura, da reescrita e da reflexão. Os artigos de opinião são, então, gêneros textuais informativos, que trazem propostas de discursos e de sentido, abrangem diferentes e distintas temáticas de grande relevância social e política, sendo então capazes de expandir a capacidade argumentativa dos discentes inseridos no ensino médio (Vieira, 2013). Para Santos (2015), a inserção do discurso de opinião do ambiente pedagógico estimula a argumentação, a dialogicidade, promove a interação entre os sujeitos e amplia a capacidade crítico-reflexiva, enriquecendo a retórica.

Apesar da relevância deste gênero textual para atender aos liames estabelecidos pela BNCC para a formação educacional básica, no que concerne ao desenvolvimento da capacidade de argumentação dos sujeitos sociais, Nascimento (2015) evidencia, no estudo produzido, a existência de uma certa carência por estratégias pedagógicas capazes de expandir a disseminação desta prática na formação básica. De acordo com as concepções de Amossy e Zavaglia (2007), o próprio cenário sócio-político produz desafios para que a argumentação contemple melhor espaço nos discursos contemporâneos. Desta forma, o problema de pesquisa que norteou este estudo tenta responder à seguinte questão investigativa: De que maneira o gênero artigo de opinião pode ser aplicado em sala de aula para atingir objetivos do ensino da argumentação previstos na BNCC?

O objetivo geral desta pesquisa foi mostrar que o artigo de opinião pode contribuir para a formulação de estratégias argumentativas e desenvolvimento de habilidades de escrita e fala permeadas pelo senso crítico fundamentado. Para atendê-lo de forma estratégica, trazendo como temática social e política a cultura do estupro, definiram-se como objetivos específicos os seguintes: a- explorar as características do gênero artigo de opinião; b- abordar a interface entre a desinformação e a cultura do estupro; c- discutir as características da (des)informação e da cultura do estupro.

Justificou-se socialmente o desenvolvimento desta pesquisa pelo reconhecimento da importância de se levar para a sala de aula da formação no ensino médio o trabalho com

temáticas sócio-políticas emergentes, a exemplo da cultura do estupro, trabalhando-as sob a finalidade de desenvolvimento da argumentação como capacidade elementar na preparação dos sujeitos sociais. Valendo-se da responsabilidade socioprofissional destacada por Freire (1996) e atribuída aos docentes, na função de mediadores da formação educacional, teve-se por justificativa acadêmica/profissional a essencialidade de se estimular que os profissionais da educação possam elaborar estratégias argumentativas para ser trabalhadas no ensino médio e demais níveis da formação básica, expandindo, assim, a qualidade das práticas pedagógicas trabalhadas e da aprendizagem.

O tipo de metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi o de revisão bibliográfica, valendo-se de pensamentos emitidos por autores científicos, literários, por legislações e normas vigentes, para interpretá-los e, ao final, dispor de uma sequência didática elaborada como produto deste estudo, a qual pode ser implementada no ensino médio ou mesmo adaptada para o trabalho pedagógico em outros níveis da educação básica nacional (Gil, 2019). Esta foi uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivo descritivo e procedimento bibliográfico. Elaborou-se como produto fruto desta pesquisa uma sequência didática de artigo de opinião, de autoria própria, direcionada ao ensino médio (Lakatos; Marconi, 2021).

Os estudos científicos foram buscados nas bases de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os critérios de seleção para estes estudos foram: a- ano de publicação entre 2008 e 2024 – com preferência para estudos publicados nos últimos cinco anos; b- idioma português; c- formatos de artigos científicos de pós-graduação, dissertações ou teses.

No cotejo de autores consultados por esta pesquisa, estão os seguintes: a- Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca; b- Ingedore Koch; c- Luiz Marcuschi; d- Mikhail Bakhtin; e- Mônica Zoppi-Fontana; f- Paulo Freire; g- Ruth Amossy; e outros. No conjunto de legislações consultadas nos sites do Planalto e do Ministério da Educação (MEC), estão as seguintes: a- CF de 1988; b- e BNCC de 2017. A interpretação dos resultados desta pesquisa foi realizada sob uso da metodologia proposta por Bardin (2015), comparando todos os resultados teóricos, legislativos/normativos e pensamento crítico do pesquisador para que, após uma análise triangular, fosse possível produzir resposta ao problema investigado, atender aos objetivos e produzir o produto.

O desenvolvimento da pesquisa encontra-se organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, os resultados teóricos contribuem para contextualizar os gêneros discursivos a partir

dos pensamentos centrais emitidos por Bakhtin e Marcuschi, dialogados com autores complementares, tendo por enfoque o artigo de opinião. No segundo capítulo, são destacados resultados teóricos que falam sobre o ensino da argumentação de forma geral. No terceiro capítulo, os resultados apresentados analisam o que a BNCC de 2017 fala sobre o artigo de opinião. No quarto capítulo, os resultados abordam sobre a importância de se trabalhar o artigo de opinião na escola. E, por fim, no quinto e último capítulos do desenvolvimento, é apresentada a sequência didática desenvolvida pelo pesquisador.

No último capítulo da pesquisa, apresenta-se a sua conclusão, com emissão direta da resposta encontrada para o problema investigado, retomando aos principais resultados para demonstrar o alcance dos seus objetivos, sob a construção de um posicionamento científico/crítico emitido pelo pesquisador, com breves considerações e sugestões sobre a temática desenvolvida.

2 OS GÊNEROS DISCURSIVOS EM BAKHTIN E MARCUSCHI¹

Os gêneros discursivos² são compreendidos como categorias textuais que compartilham entre si características comuns, possuindo conteúdo, estilo, formas e função similares, os quais são desenvolvidos a partir da interpretação de diversas práticas sociais que são culturalmente reconhecidas (Drum; Lebler, 2020). Em Bakhtin (2003), os gêneros do discurso são conceituados como formas que apresentam relativa estabilidade de enunciados que surgem a partir de contextos específicos do meio social. Já para Marcuschi (2005), o conceito de gêneros discursivos podem ser vistos como funcionais e adaptáveis às inovações do meio social, a exemplo das tecnologias de comunicação.

Ao analisar a estética da criação verbal, Bakhtin (2003) destacou, em seu entendimento, que os gêneros discursivos são produzidos a partir das diversificações do uso e do emprego da linguagem diante dos inúmeros contextos sociais. De acordo com ele:

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados* (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolúvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, **cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso** (Bakhtin, 2003, p. 261-262, grifo nosso).

Além de revelar que os gêneros discursivos são fruto da diversificação de aplicação e uso da linguagem aos diferentes contextos sociais, Bakhtin (2003) destaca ainda que esses gêneros são produzidos não pelos enunciados particulares e individuais, mas sim pelo emprego destes a cada campo de utilização da língua. Por se tratar de um elemento que surge do

¹ Tem-se ciência da ampla distância temporal entre ambos os autores aqui analisados (Bakhtin e Marcuschi), bem como da existência de outros autores que lidam com a mesma temática nesse espaço temporal que os separam, no entanto, os autores foram elegidos para fundamentar esta pesquisa pela relevância das suas teorias, consideradas referências nas análises dos gêneros discursivos.

² É de conhecimento que os gêneros discursivos, o discurso e os textuais possuem maior complexidade de conceitos. Na Linguística há prevalência da menção como “gênero textual”, enquanto na linha Bakhtiana é mais usual “gênero do discurso”, não diferente, na linha da Análise Francesa Contemporânea o termo “gênero discursivo” é mais adotado. No entanto, essa pesquisa não fez distinção por questões de extensão. Desta forma, quando o texto mencionar a teoria de Bakhtin, o termo utilizado será “gêneros do discurso”, quando se referenciar à Marchuschi, será empregado o termo “gêneros textuais”. Porém, nesta pesquisa, não se teve o intuito de distinção entre os termos utilizados pelos diversos autores, justamente por causa da sua complexidade conceitual.

agrupamento de enunciados intersubjetivos, os gêneros discursivos são ferramentas práticas que possibilitam a organização da interação social (Marcuschi, 2005). Alguns elementos e características são estabelecidas por Bakhtin (2003) e por Marcuschi (2005) para definir os gêneros discursivos e classificá-los. Valendo-se do pensamento de Bakhtin (2003), pode-se caracterizar os gêneros discursivos como:

- a) **Heterogêneos:** Bakhtin (2003) menciona que, apesar de serem frutos do agrupamento de enunciados particularizados, os gêneros discursivos são subdivididos em dois grupos, os primários (simples) e os secundários (complexos), agrupamento esse que dota estes gêneros de heterogeneidade, sob a qual os primários são utilizados em situações comunicacionais do cotidiano das relações sociais, como nas conversas e diálogos informais, enquanto os secundários são empregados para uma comunicação mais complexa, a exemplo das conversas e diálogos formais. Assim como Bakhtin (2003), Koch (2013, p. 161) menciona que “sendo as esferas de utilização da língua extremamente heterogêneas, também os gêneros apresentam grande heterogeneidade, compreendendo desde o diálogo cotidiano à tese científica”.
- b) **Estáveis:** de acordo com Bakhtin (2003), os gêneros discursivos são estáveis, pois todos eles seguem formas e normas que são reconhecidas e validadas socialmente, apesar de serem dinâmicos, evoluindo e se transformando com o tempo. De acordo com Koch (2013, p. 161), “São tais formas-padrão que constituem os gêneros, as ‘sequências relativamente estáveis de enunciados’, marcadas sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionadas às diferentes situações da vida social”.
- c) **Variáveis:** dada a capacidade de dinamicidade dos gêneros discursivos, característica essa que estimula a evolução e transformação deles ao longo do tempo, Bakhtin (2003) considera que os gêneros discursivos são variáveis, mutáveis, renováveis. Em Koch (2013, p. 162), entende-se que “modelos de contexto são dinâmicos, permanentemente atualizados com informação e feedback novos”, o que irá implicar a variabilidade dos gêneros do discurso ao longo do tempo.
- d) **Histórico-sociais:** sendo produtos do meio social, Bakhtin (2003) considera que os gêneros discursivos são indissociáveis da historicidade social, uma vez que a

linguagem e seu emprego cotidiano nos contextos das relações humanas é fundamental para a formação e compreensão dos gêneros discursivos, sendo eles reflexo das condições e das práticas sociais adotadas em cada época e lugar. Para ele, “as mudanças históricas dos estilos de linguagem estão indissolivelmente ligadas às mudanças dos gêneros do discurso (Bakhtin, 2003, p. 267).

- e) **Dialógicos:** os gêneros discursivos são compreendidos como um produto produzido pela diversificação de uso da linguagem em diferentes contextos sociais e, por isso, Bakhtin (2003) considera-os como dialógicos, ou seja, são capazes de promover a interação entre diferentes discursos e vozes dentro de um mesmo tipo de gênero, uma vez que todo enunciado é influenciado por enunciados anteriores e a eles responde. Tem-se aqui o entendimento sobre uma cadeia dialógica que parte de um enunciado primário e dá origem a outras nuances de enunciados dentro de um mesmo gênero discursivo, o que é possível através do estímulo da interação social, pela interpretação e reinterpretação, possibilitando diferentes expressões argumentativas: “[...] o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos (Koch, 2013, p. 32-33).

Ao caracterizar os gêneros discursivos de forma ampla, quanto aos seus elementos, Bakhtin (2003) criou duas categorias de gêneros, os primários e os secundários, justamente por entender que estas categorias textuais possuem similaridades que produzem heterogeneidade discursiva. Dentro destas duas categorias, Bakhtin (2003) alocou exemplos de gêneros discursivos, os quais são apresentados no Quadro 1, abaixo:

Quadro 1: Categorias dos gêneros discursivos Bakhtin

Categorias	Tipos
Gêneros Primários	conversas informais, diálogos, telefonemas, anedotas, cartas pessoais etc.
Gêneros Secundários	romances, dramas teatrais, pesquisas científicas, discursos políticos, ensaios, artigos acadêmicos etc.

Fonte: Adaptado de Bakhtin (2003).

O emprego dos gêneros discursivos primários, de acordo com Bakhtin (2003), ocorre em situações de comunicação cotidianas, espontâneas, sem exigir certo formalismo do uso da linguagem, seja escrita ou falada. Diferentemente, o uso dos gêneros discursivos secundários ocorre em situações mais complexas, aquelas que são mais rígidas quanto ao formalismo da linguagem escrita ou verbal, geralmente situações organizadas ou institucionalizadas (Bakhtin, 2003). Bakhtin (2003) menciona ainda que os gêneros discursivos secundários, em diferentes situações, passam a incorporar e transformam gêneros primários em suas estruturas complexas; um exemplo dado pelo autor é a integração de diálogos cotidianos dentro da estrutura formal de um romance.

Não diferente, Marcuschi (2005) também destaca algumas características e elementos que servem para caracterizar os gêneros discursivos dentro de um conceito amplo. Apesar da concordância entre Bakhtin (2003) e Marcuschi (2005) quanto à importância dos gêneros discursivos para a comunicação e a organização social, algumas diferenças são encontradas nas considerações epistêmicas por eles produzidas. Isso porque Bakhtin (2003) dá maior atenção para a questão da interação dialógica dos gêneros discursivos e para a relação destes com a historicidade e cultura social, enquanto Marcuschi (2005) dá mais ênfase para a funcionalidade prática e dimensão multimodal destas categorias textuais. Como características e elementos gerais dos gêneros discursivos, Marcuschi (2005) traz os seguintes:

- a) **Críticos/reflexivos:** para Marcuschi (2005), a partir dos gêneros discursivos, por meio dos seus enunciados, é possível promover a reflexão sobre diferentes contextos textuais/comunicacionais, direcionados a situações específicas, o que contribui para a alteração ou mesmo a perpetuação das ideologias e das relações de poder postas em sociedade, a depender do direcionamento da proposta reflexiva dada ao tipo de gênero utilizado.

- b) **Fenômenos cognitivos e sociais:** na concepção de Marcuschi (2005), os gêneros discursivos devem ser tratados como fenômenos, como produtos da ação social, sendo eles produzidos pelas necessidades de comunicação entre as pessoas, o que os torna ferramentas de cognição aplicadas para facilitar a produção e a compreensão textual. Importante destacar a semelhança desta característica com a mencionada por Bakhtin (2003) aos gêneros discursivos para classificá-los como “histórico-sociais”,

sendo eles também compreendidos como um fruto produzido a partir da interação social do diálogo interpessoal.

- c) Funcionais:** Marcuschi (2005) dá ênfase para a funcionalidade dos gêneros discursivos, destacando que eles assumem função de relevância na organização e na prática da comunicação humana, ajudando, assim, a estruturar a interação e a orientar os participantes sobre como devem proceder em diferentes situações que envolvam práticas comunicativas. Ou seja, atuam na promoção da interação comunicativa, como também educam pela orientação o comportamento comunicativo a partir dos contextos nos quais estejam inseridos.
- d) Multimodais:** de acordo com o entendimento de Marcuschi (2005), os gêneros discursivos contemporâneos são multimodais, ou seja, eles podem interagir com diversas formas de semiose, de comunicação, a exemplo da linguagem – em suas nuances escrita, oral, gestual e afins –, das imagens, dos sons etc. Característica essa que se aproxima da noção de variabilidade dada por Bakhtin (2003) aos gêneros discursivos, uma vez que as formas de comunicação citadas por Marcuschi (2005) para classificar tais gêneros como multimodais surgiu exatamente pela evolução das formas de comunicação humana, dando certa variação ao emprego da linguagem dentro dos gêneros discursivos.

Diferente de Bakhtin (2003), que dividiu os gêneros discursivos em dois tipos/grupos, Marcuschi (2005) dividiu estas categorias textuais em três agrupamentos ou tipos, conforme exposto pelo Quadro 2:

Quadro 2: Categorias dos gêneros discursivos segundo Marcuschi

Categorias	Tipos
Gêneros Oraís	aulas, conversas cotidianas, debates, entrevistas, sermões etc.
Gêneros Escritos	artigos jornalísticos, cartas, ensaios acadêmicos, relatórios, romances etc.
Gêneros Digitais e Multimodais	blogs, e-mails, mensagens instantâneas, postagens nas redes sociais, vídeos do YouTube, Webinars etc.

Fonte: Adaptado de Marcuschi (2005).

Os agrupamentos dados por Marcuschi (2005) aos gêneros discursivos não se valem da adjetificação destes quanto à simplicidade ou à complexidade, como ocorre em Bakhtin (2003), mas sim da forma como a linguagem é empregada, se é oral, escrita ou por via de meios eletrônicos/de tecnologias digitais. As noções deste autor para com os gêneros discursivos acabam sendo vistas como mais atualizadas, pois se atêm às inovações nas interações comunicacionais no meio social contemporâneo, valendo-se dos tipos de comunicações estabelecidas sob uso das tecnologias de comunicação (2008). Por convergência, ambos os autores compreendem os gêneros discursivos como categorias que surgem a partir da comunicação e interação humana com o meio social, alterando-se com ela.

Um dos tipos de gêneros discursivos existentes é o “artigo de opinião”, conceituado como uma categoria de interação da comunicação escrita. Em Bakhtin (2003), o artigo de opinião pode ser inserido no tipo de gênero discursivo secundário, sendo ele uma categoria textual que se vale de uma comunicação escrita mais complexa, com o uso de uma linguagem mais formal. Vieira (2013) cita que o artigo de opinião é um tipo de produção textual geralmente direcionado aos conteúdos de jornais, revistas e outras plataformas que emitem opiniões sociais sobre objetos ou situações específicas de relevância pública. Dentro da emissão de concepções construídas por Bakhtin (2003), é possível considerar que, para ele, o artigo de opinião pode ser caracterizado como: dialógico, histórico-social, estruturado, de estilo próprio e polifônico.

Vieira (2013) menciona que o dialogismo do artigo de opinião decorre da sua própria função de interação com outros discursos sociais, sobre os quais o autor do artigo debruça-se para responder eventos, ideias ou opiniões que previamente foram expressas por outrem, ou mesmo emitindo posicionamento primário que irá estimular outras opiniões a partir desta. Sendo um tipo de gênero do discurso, o artigo de opinião pode ser caracterizado como histórico-social, o que, para Bakhtin (2003), é uma construção textual que possui seu conteúdo e forma influenciados e incorporados por múltiplas perspectivas e vozes, o que reflete a diversidade de opiniões sobre um mesmo tema, seja de declarações públicas ou opiniões particulares.

No que diz respeito a sua estrutura e estilo, o artigo de opinião é um gênero discursivo complexo que, para Bakhtin (2003), possui uma estrutura própria estável, que inclui uma apresentação clara da opinião do autor, apresentando argumentos apoiados por evidências ou por exemplos, além de uma emissão conclusiva que passa a reforçar a posição defendida pelo autor. Por outro lado, em Bakhtin (2003), o artigo de opinião também pode ser considerado polifônico, ou seja, embora ele seja escrito por um único autor – podendo ser escrito por dois ou mais autores em alguns casos –, ele incorpora perspectivas e vozes múltiplas, as quais refletem a diversidade de opiniões sobre um mesmo tema.

Tendo por base o entendimento de Marcuschi (2005), o artigo de opinião pode ser caracterizado em dois tipos, o escrito e o digital ou multimodal, podendo ele ser compreendido como: comunicativo, estruturado textualmente e com estilo próprio de linguagem. Assim como as demais categorias textuais, o artigo de opinião pode ser classificado por sua função comunicativa, tendo por finalidade exercer certa influência e persuasão sobre o leitor, sendo ele utilizado para expressar e defender um ponto de vista próprio e de forma pública, sobre um tema controverso ou de relevante interesse público (Marcuschi, 2005). Vieira (2013) destaca, no estudo por ele produzido, que o artigo de opinião exerce papel relevante na promoção da reflexão social acerca de temáticas de alto valor social e político.

Devem ainda ser vistos por sua estrutura textual própria, possuindo uma organização típica que inclui uma introdução, um desenvolvimento e um fechamento conclusivo, tópicos estes que apresentam – na sequência – a noção temática e a tese a ser desenvolvida, a argumentação e a apresentação de evidências e o reforçamento do ponto de vista defendido (Vieira, 2013). O artigo de opinião faz uso de uma linguagem e estilo particular que, para Marcuschi (2005), trata-se de uma linguagem mais formal e persuasiva, devendo ela ser clara e direta, fazendo uso de recursos retóricos, a exemplo da argumentação lógica, de exemplos concretos e, em alguns casos, apelando para o emocional.

Cabe considerar que os artigos de opinião podem ser gêneros discursivos escritos ou digitais/multimodais para Marcuschi (2005), uma vez que tais artigos podem ser divulgados por meio do uso das tecnologias da comunicação, tanto para a produção quanto para a disseminação dos seus conteúdos discursivos. Marcuschi (2005) acredita que, por meio das plataformas digitais, há uma maior participação interativa entre os sujeitos com os conteúdos dos artigos de opinião, sendo esta interação mais imediata, viabilizando ainda a emissão de comentários e respostas rápidas concordantes ou discordantes da opinião emitida pelo autor do conteúdo publicado. Sua multimodalidade está na possibilidade de uso de elementos que sustentam o conteúdo escrito, como imagens, links, vídeos e outros, que enriquecem e complementam a opinião deste gênero do discurso (Vieira, 2013).

Nota-se que, tanto em Bakhtin (2003) quanto em Marcuschi (2005), o artigo de opinião traz um rico conteúdo argumentativo, que pode ser classificado como primário e secundário. Por argumentação primária tem-se o próprio conteúdo do artigo de opinião, emitido pelo autor e, a partir dele, por meio da interação, é possível estimular a reflexão e a emissão de novas argumentações, vistas como secundárias, emitidas pelos leitores do texto primário (Vieira, 2013). Para Koch (2018), a argumentação parte da linguagem, mas, reflexamente, promove o aperfeiçoamento da linguagem, enriquecendo a retórica quando trabalhada sob a ótica

educativa.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por vez, mencionam que a argumentação contemporânea deve observar o novo modelo de retórica a ser construída, observando a emergencialidade do desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva nos sujeitos sociais. Ponto esse que pode ser, de acordo com Cavalcante (2010), desenvolvido por meio da promoção de estímulos na escola, com a inserção de estratégias pedagógicas que sejam capazes de trabalhar a argumentação como um elemento fundamental da formação humana social.

3 DA ARGUMENTAÇÃO E DO ENSINO DE ARGUMENTAÇÃO

O processo de formação educacional através do ensino deve ser visto sob a ótica constitucional do pleno desenvolvimento humano, de modo a preparar os sujeitos sociais para o exercício da cidadania e, indo além, capacitá-los para uma interação social ativa (Brasil, 1988). Teóricos clássicos, a exemplo do próprio Freire (1996; 1982), defenderam a reformulação das práticas educacionais para agregar maior valor aos processos pedagógicos voltados ao desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, necessário para uma formação mais consciente e humanizada. Valoração essa que pode ser aplicada à própria linguagem, visto que a expressão da língua vincula-se previamente ao pensamento e, em um processo complexo, engloba a reflexão e a emissão de síntese argumentativa (Vieira, 2013).

Koch (2018) define a argumentação³ como um processo pelo qual se pode, a partir de uma prévia reflexão sobre determinado objeto ou situação, emitir razões, evidências e raciocínios de apoio ou de refutação a uma dada opinião, posição ou tese primária ou secundária. O processo argumentativo envolve a construção de um discurso dotado de lógica e de persuasão, sendo ele direcionado ao convencimento de outros sujeitos para validar um determinado ponto de vista (Amossy; Zavaglia, 2007). De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é um processo importante na comunicação humana social, inculcada em distintas esferas da vida sócio-política, dentre elas, tem-se a ciência, a educação, o direito e demais campos das relações cotidianas.

Zoppi-Fontana (2006) destaca que a argumentação e capacidade argumentativa é indispensável para que os sujeitos sociais sejam capazes de emitirem opiniões próprias de forma fundamentada e persuasiva, adquirindo, assim, a capacidade de raciocínio lógico para se posicionarem diante de distintas relações comunicacionais do cotidiano social. Por meio da capacidade argumentativa, os sujeitos são capazes de distanciar-se da mera reprodução do senso comum, sendo capazes de indagar e analisar profundamente as informações obtidas, elaborando posicionamento próprio concordante ou discordante, com fundamentos plausíveis que sustentam opiniões concretas (Koch, 2018). Pode-se aqui correlacionar tais entendimentos com o de Freire (1996), que traz a capacidade de criticidade como uma habilidade que possibilita

³ Uma das bases do trabalho da argumentação contemporânea gira em torno da polêmica do dissenso. Sobre isso, Rui Grácio (2016) trata da vertente da argumentação dialógica, consagrando-se como principal autor a abordar essa questão, mencionando-a como um tipo de base argumentativa relevante para as relações contemporâneas. Nesse tipo de argumentação defendida pelo autor, o diálogo é posto enquanto método capaz de, por meio da interação, gerar reciprocidade e reflexão, sendo possível a partir dele promover questões relevantes, como as habilidades de crítica, de respeito ao outro e muitas outras necessidades emergentes.

aos sujeitos sociais uma interação social mais ávida e ativa.

Alguns elementos compõem o processo da argumentação, sendo eles indicados por Koch (2018), como: a tese, os argumentos, os contra-argumentos, as evidências e a conclusão. Inicia-se o processo argumentativo pela identificação de uma tese, sendo ela a posição central ou a afirmação sobre a qual o sujeito pretende emitir defesa, estando aqui o ponto de partida para toda a argumentação (Viera, 2013). De acordo com Zoppi-Fontana (2006), após a identificação da tese, os argumentos surgem em forma de evidências ou razões para dar sustentação à tese defendida, podendo eles abranger a disposição de dados, de estatísticas, de exemplos, de fatos, de raciocínios lógicos ou outros elementos que deem justificantes para a defesa. Os contra-argumentos são entendimentos como objeções ou pontos de vistas divergentes que, em terceiro plano, surgem no processo argumentativo de forma contrária à tese (Koch, 2018).

Num processo argumentativo bem elaborado, Amossy (2011) cita que o argumentador deve antecipar os contra-argumentos que podem refutar a sua tese, desclassificando-os, fortalecendo, assim, a posição por ele defendida. Tem-se ainda no processo argumentativo as evidências, sendo elas informações que irão dar suporte aos argumentos apresentados pelo argumentador; para tal, devem elas ser confiáveis, bem documentadas e relevantes, de modo que se amplie a credibilidade da argumentação (Vieira, 2013). Koch (2018) cita que, no fechamento do processo da argumentação, está então a conclusão, sendo nesta parte final que o argumentador irá reafirmar a sua tese e resumir os principais pontos apresentados em sua defesa, o que faz residir aqui a oportunidade de reforçamento da persuasão pública.

De acordo com Koch (2018), a argumentação se subdivide em três tipos, sendo elas: dedutiva, indutiva e abdutiva. No Quadro 3, os tipos de argumentação mencionados pela autora são classificados, prosseguindo-se de exemplos reais que ampliam a compreensão sobre eles:

Quadro 3: Classificação e exemplos dos tipos de argumentação segundo Koch

Tipos	Classificação	Exemplos Reais
Dedutiva	Formada por premissas gerais que levam a uma conclusão específica. Se as premissas forem verdadeiras, utilizadas dentro de uma lógica válida, então a conclusão da argumentação será verdadeira.	Premissa 1. Todos os seres humanos são mortais. Premissa 2. Aristóteles é um ser humano. Conclusão. Aristóteles é mortal.

Indutiva	Formada por observações específicas que conduzem a uma conclusão global. Neste caso, a conclusão é provável, mas não é garantida.	Obs. 1. Choveu hoje. Obs. 2. Choveu ontem. Conclusão. Provavelmente chova amanhã.
Abdutiva	Formada pela inferição da melhor explicação para um conjunto de observações.	Obs. A grama está molhada. Hipótese. Deve ter chovido. Conclusão. Provavelmente, a grama está molhada porque choveu.

Fonte: Adaptado de Koch (2018).

Para a construção de uma eficiente capacidade argumentativa, é fundamental conhecer as possíveis estratégias de argumentação, sendo elas indicadas por Koch e Elias (2011) e Vieira (2013), como: a- o apelo à lógica (Logos); b- o apelo à emoção (Pathos); c- e o apelo à credibilidade (Ethos). No Logos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) citam que há o uso de raciocínios lógicos e de dados que doam apoio à tese, para que se estimule o apelo à lógica, tendo-se aqui um tipo de argumentação mais racional. No Pathos, tem-se uma argumentação mais ligada à motivação dos sentimentos do público, por meio do emprego de situações que gerem emoções e valores para persuadir, podendo envolver narrativas emocionadas e com o uso da linguagem vocativa (Koch, 2018). Já no Ethos, a argumentação reveste-se de autoridade, sob a apresentação de caráter ético, de experiências e de qualificações que demonstrem a credibilidade do argumentador.

Amossy (2011) menciona que a argumentação é importante pois ela promove uma comunicação mais eficaz, desenvolve o pensamento crítico e capacita os sujeitos sociais para uma maior e melhor participação cívica. Elementos estes que, em Freire (1967; 1987) são indicados como elementares dentro do escopo de uma educação libertadora, pautada pela promoção de estímulos que promovam o desenvolvimento das habilidades da crítica, da comunicação, da reflexão, da interação coletiva, dentre outras habilidades necessárias para que os sujeitos sociais possam estar aptos a interagirem com diferentes realidades de mundo. Interação sócio-política essa que, em Freire (1992), é capaz de alterar cenários sociais deletérios, que precisam de cidadãos mais conscientes e dotados de persuasão argumentativa para serem alterados. Esse processo, de acordo com Vieira (2013), deve ser desenvolvido na escola, por meio do ensino de práticas argumentativas focadas na retórica contemporânea.

A capacidade argumentativa é, por vez, ensinável, pode ela ser desenvolvida a partir de

práticas que envolvam a reflexão, que promovam a indagação, que estimulem o raciocínio lógico e que exijam a formulação de opiniões fundamentadas sobre determinado objeto de estudo ou situação analisada (Vieira, 2013). Se a argumentação compõe os discursos sociais e políticos, assim como dito e sustentado por Amossy (2011), sendo que os discursos integram todas as relações sociais, é preciso que o processo argumentativo seja ensinado em sala de aula, capacitando os sujeitos sociais para desenvolver a argumentação e a persuasão de forma eficiente nas suas relações sócio-políticas. Ensino esse que pode e deve se valer, inclusive, dos gêneros do discurso para conduzir as práticas pedagógicas em sala de aula, diversificando os conteúdos e materiais a serem utilizados, enriquecendo a aprendizagem argumentativa (Neri; Brito, 2022).

Trata-se de um tipo de ensino interdisciplinar, que, por meio da promoção de habilidades de interpretação, de reflexão, de raciocínio lógico, dentre outras nuances do processo argumentativo, irão ampliar a capacidade dos sujeitos sociais para lidarem com as situações cotidianas de forma mais próxima, interagindo com elas para melhorá-las ou mesmo alterá-las (Drum; Lebler, 2020). Em sua obra, Martinazzo (2005) tratou sobre a “Pedagogia do Entendimento Intersubjetivo” para defender práticas pedagógicas que se valem dos pressupostos da Teoria da Ação Argumentativa para racionalizar a formação educacional contemporânea, indo muito além da sala de aula, pensando no preparo dos sujeitos sociais para lidarem de forma mais cívica com as distintas relações do meio social e político. Sob a pedagogia defendida pelo autor, assenta-se a proposta do ensino da argumentação.

Na dialogicidade pedagógica, Vieira (2013) menciona que o ensino da argumentação é parte crucial da formação contemporânea, visto que, a partir dele, é possível, então, desenvolver habilidades necessárias para a promoção de uma comunicação mais eficaz, para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a capacitação dos sujeitos em prol de uma participação sócio-política mais cívica. Por meio do desenvolvimento destas habilidades, os sujeitos sociais tornam-se capacitados para defender uma posição, para apoiar uma opinião ou para convencer outros indivíduos a adotarem um determinado ponto de vista, a partir da demonstração de evidências e de razões (Koch, 2018). Habilidades estas que, para Vieira (2013), ainda preparam os sujeitos sociais para a resolução de problemas, de forma estruturada, considerando possíveis soluções antes de tomar uma decisão.

No ensino argumentativo, Nascimento (2015) defende o uso de métodos e estratégias reais, que levem para o ambiente escolar propostas pedagógicas que aproximem a aprendizagem de situações cotidianas. Alguns métodos e estratégias de ensino da argumentação são indicados por autores como Drum e Lebler (2015), Nascimento (2015) e Vieira (2013),

como: a- ensino explícito das estruturas argumentativas (tese, argumentos, contra-argumentos e conclusão); b- análise de exemplos, com a utilização de textos argumentativos e da comparação de diferentes textos, por exemplo; c- debates e discussões, promovendo a interação sobre temas de relevância e controversos, estruturando discussões; d- escrita argumentativa, realizando ensaios argumentativos, fornecendo *feedbacks* e outros processos; e- projetos interdisciplinares, integrando a argumentação a diferentes disciplinas; entre outros.

Para Vieira (2013), é importante que os educadores observem algumas considerações pedagógicas para o ensino da argumentação; dentre elas, estão: a- o contexto e a relevância das temáticas trabalhadas no ensino da argumentação, buscando por temáticas que sejam de interesse público e que estimulem a participação dos discentes, contextualizando a argumentação em situações reais de mundo, demonstrando a sua importância prática; b- a diversidade das perspectivas trabalhadas, incentivando os alunos a considerarem múltiplos pontos de vista, respeitando as opiniões divergentes, promovendo assim um ambiente respeitoso e inclusivo, prezando pelo ensino da diferença entre argumentos baseados em evidências e opiniões pessoais e dando ênfase para a importância das fontes confiáveis; c- a avaliação formativa, utilizando-se destas para monitorar a aprendizagem, buscando por aperfeiçoamentos e melhorias, incorporando a autoavaliação e avaliação por pares; entre outras.

Nascimento (2015) destaca que o ensino da argumentação deve ser visto como um componente essencial da educação atual, uma vez que é capaz de preparar os discentes para se tornarem pensadores críticos, comunicadores eficazes e cidadãos ativos. Ensino esse que, de acordo com Cavalcanti (2010), pode ser proposto por meio da elaboração de sequências didáticas que se valham de gêneros discursivos, a exemplo do artigo de opinião, para conduzir didáticas capazes de ensinar a arte da argumentação, da dialogicidade crítica e da retórica aos sujeitos em processo de formação educacional básica. De acordo com Oliveira e Oliveira (2018), a compreensão da argumentação e da retórica insere na educação a não negação da problematização de cenários reais de mundo e, por meio deste ensino, promove mudanças significativas no *modus* de pensar dos sujeitos sociais.

Dada a importância da argumentação para as relações sociais, a própria BNCC traz, em seu rol de diretrizes aplicáveis ao ensino básico, indicativos que dirimem a necessidade do ensino argumentativo em sala de aula (Brasil, 2017). Para Jacob e Guimarães (2022), as capacidades da linguagem empregada aos gêneros discursivos deixaram de ser uma aprendizagem facultativa para se tornar uma exigência legal na educação básica, disciplinadas pela BNCC como um dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Dentro dos moldes disciplinados por essa norma, elementos sustentam e validam o uso do artigo de opinião como

um gênero do discurso que pode ser empregado nas práticas pedagógicas para conduzir o ensino da argumentação em sala de aula (Drum; Lebler, 2020).

4 O QUE A BNCC FALA SOBRE O ARTIGO DE OPINIÃO

Dentro de um artigo de opinião, trabalha-se a argumentação em suas nuances tipológicas, tendo por regra central a promoção da persuasão e da reflexão, em prol do convencimento e da produção de estímulos intersubjetivos que gerem a reprodução de pensamentos acerca daquele determinado objeto/matéria trabalhado por cada artigo do tipo textual (Cavalcanti, 2015). O desenvolvimento de capacidades específicas, tais como a capacidade de argumentação, de pensamento crítico, de reflexão, de emissão opinativa e outras correlatas, para Dittrich (2008), é de grande relevância para a formação de posicionamentos relevantes na construção de uma nova retórica social. Segundo Koch (2003), o texto e sua interpretação axiológica contribui para a construção de sentidos nas relações sociais, capacitando os sujeitos para interagirem com o meio social e político que os cerca.

Partindo da premissa de que a BNCC⁴ dedica as suas diretrizes ao campo da formação educacional básica e que a atual formação debruça-se sobre uma perspectiva legal que visa satisfazer ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para as novas relações sociais estabelecidas nos mais diversos campos das relações humanas, identifica-se, como um dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da formação básica, a inserção de uma pedagogia que trabalhe a argumentação em suas mais distintas nuances em sala de aula (Lima, 2022). De acordo com Ramos e Lima (2023), a BNCC tornou-se uma regra matriz de grande importância para o trabalho pedagógico com textos argumentativos em sala de aula, devendo ser observadas todas as suas diretrizes, principalmente no que concerne ao atendimento das competências a serem desenvolvidas.

Diretrizes estas que, segundo o estudo de Lima (2022), orienta os educadores quanto a inserção de textos argumentativos-opinativos nas disciplinas que compõem as grades pedagógicas da educação básica, desde o ensino fundamental (I e II) até o ensino médio. Para Ramos e Lima (2023), todas as diretrizes vinculadas ao corpo normativo da BNCC que dispõem acerca da pedagogia argumentativa na formação básica destacam subsídios que validam o trabalho com artigos de opinião. Diretrizes estas que, nesta pesquisa, foram utilizadas como aporte para o desenvolvimento da própria sequência didática apresentada como produto

⁴ É sabido das críticas aplicadas ao conteúdo da BNCC, dada a sua rigidez de precificação, além do teor de inclinação para a validação das questões capitalistas, aderindo ao formato de educação do “capital”, seguindo as orientações internacionais voltadas ao mercado de trabalho e às grandes corporações de ensino privado. No entanto, esta é a principal norma a dispor das diretrizes do ensino básico brasileiro e, portanto, analisada por esta pesquisa, sem se ater para as críticas, apenas ao conteúdo que indica a importância de integrar o ensino da argumentação em sala de aula.

desenvolvido pelo pesquisador e alocada no quinto capítulo. Incumbiu a este capítulo, no entanto, a análise e a discussão fundamentada de cada competência elencada pela BNCC dentro do objetivo de aprendizagem e desenvolvimento que fala sobre o trabalho pedagógico com a argumentação em sala de aula da formação educacional básica (Brasil, 2017).

Ao mencionar o uso dos gêneros textuais em sala de aula, a BNCC indica a necessidade de uma formação que estimule a ruptura do senso comum e promova a construção de um posicionamento social mais ávido, formando cidadãos capazes de promover diálogos fundamentados e pautados na racionalidade intersubjetiva (Lima, 2022). Sobre os gêneros, a BNCC destaca as seguintes concepções normativas:

[...] **os gêneros jornalísticos** – informativos e opinativos – e os publicitários são privilegiados, com foco em estratégias linguístico-discursivas e semióticas voltadas para a argumentação e persuasão. [...] além dos gêneros jornalísticos, também são considerados nesse campo **os publicitários**, estando previsto o tratamento de diferentes peças publicitárias, envolvidas em campanhas, para além do anúncio publicitário e a propaganda impressa, o que supõe habilidades para lidar com a multissemiose dos textos e com as várias mídias. Análise dos mecanismos e persuasão ganham destaque, o que também pode ajudar a promover um consumo consciente. No campo de atuação da vida pública ganham destaque **os gêneros legais e normativos** – abrindo-se espaço para aqueles que regulam a convivência em sociedade, como regimentos (da escola, da sala de aula) e estatutos e códigos (Estatuto da Criança e do Adolescente e Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito etc.), até os de ordem mais geral, como a Constituição e a Declaração dos Direitos Humanos, sempre tomados a partir de seus contextos de produção, o que contextualiza e confere significado a seus preceitos. [...] Ainda nesse campo, estão presentes **gêneros reivindicatórios e propositivos e habilidades ligadas a seu trato**. A exploração de canais de participação, inclusive digitais, também é prevista. Aqui também a discussão e o debate de ideias e propostas assume um lugar de destaque. [...] No campo das práticas investigativas, há uma ênfase nos **gêneros didático-expositivos, impressos ou digitais**, do 6º ao 9º ano, sendo a progressão dos conhecimentos marcada pela indicação do que se operacionaliza na leitura, escrita, oralidade. Nesse processo, procedimentos e gêneros de apoio à compreensão são propostos em todos os anos. [...] No âmbito do Campo **artístico-literário**, trata-se de possibilitar o contato com as manifestações artísticas em geral, e, de forma particular e especial, com a arte literária e de oferecer as condições para que se possa reconhecer, valorizar e fruir essas manifestações (Brasil, 2017, p.132-34, grifos nossos).

Os grifos acima aplicados revelam que as menções normativas da BNCC sobre os tipos de gêneros textuais a serem trabalhados em prol do desenvolvimento das competências e habilidades vinculadas com a argumentação e persuasão dialogam diretamente com as tipologias de gêneros do discurso mencionadas tanto por Bakhtin (2003) quanto por Marcuschi (2005), estando, dentre eles, o artigo de opinião, que, para Bakhtin (2003), pertence ao grupo dos gêneros secundários (mais complexos) e, para Marcuschi (2005), pertence ao grupo dos gêneros escritos ou multimodais. A própria BNCC dá destaque para a variedade de gêneros que podem ser trabalhados em sala de aula, destacando, na íntegra do seu texto normativo, a seguinte menção:

Vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos para além dos já trabalhados nos anos iniciais do ensino fundamental (notícia, álbum noticioso, carta de leitor, entrevista etc.): reportagem, reportagem multimidiática, fotorreportagem, foto-denúncia, **artigo de opinião**, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, vlog noticioso, vlog cultural, meme, charge, charge digital, political remix, anúncio publicitário, propaganda, jingle, spot, dentre outros. A referência geral é que, em cada ano, contemplem-se gêneros que lidem com informação, opinião e apreciação, gêneros mais típicos dos letramentos da letra e do impresso e gêneros multissemióticos e hipermidiáticos, próprios da cultura digital e das culturas juvenis (Brasil, 2017, p. 137, grifo nosso).

Nota-se que a BNCC faz menção expressa quanto ao artigo de opinião, destacando-o como um tipo de gênero textual que pode e deve ser trabalhado nas atividades de leitura e produção de textos na formação educacional básica (Brasil, 2017). Apesar da possibilidade e da necessidade de aplicação do uso pedagógico dos gêneros textuais dentro das mais distintas disciplinas da formação educacional básica, a BNCC dá ênfase para a pedagogia argumentativa na disciplina de Língua Portuguesa, destacando as habilidades que devem ser desenvolvidas em “todos os campos da vida social” (Brasil, 2017). Lima (2022, p. 104) destaca, no estudo por ele produzido, que:

O ensino de Língua Portuguesa permite ao professor dentro do contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) explorar a capacidade de argumentação do aluno para que se desenvolvam competências para exercer seu papel de cidadão na sociedade. Partindo dessa premissa, saber argumentar e expor uma opinião é cada vez mais relevante no contexto da escola, visto que é nesse ambiente em que o aluno pode aprimorar sua capacidade de análise crítica.

Dentro do escopo da BNCC, o desenvolvimento da capacidade opinativa é destacado como uma das finalidades mais relevantes no trabalho da argumentação em sala de aula, por meio do uso dos gêneros textuais, e, dentre eles, o uso do artigo de opinião se consagra como uma metodologia pedagógica de grande valia para satisfazer tal pretensão legal dentro da disciplina de Língua Portuguesa (Brasil, 2017; Lima, 2022). Para lograr êxito no atendimento desta pretensão, a BNCC subdivide campos de atendimento nos quais tais práticas pedagógicas serão direcionadas, dentre eles, estão: a- Campo Jornalístico-Midiático; b- Campo de Atuação na Vida Pública; c- Campo das Práticas de Estudo e Pesquisa; d- Campo Artístico-Literário; e- e Campo da Vida Pessoal (Brasil, 2017). Dada a magnitude dos campos abrangidos pelas práticas direcionadas pela BNCC, esta pesquisa deu ênfase em sua sequência didática aos campos “Todos os Campos da Atuação Social, Campo da Vida Pessoal, Campo de Atuação na Vida Pública, Campo das Práticas de Estudo e Pesquisa e Campo Jornalístico-Midiático”.

Relevante é aqui apresentar algumas das habilidades integradas ao escopo da sequência didática produzida por esta pesquisa, dentro de cada campo pré-selecionado e mencionado pela BNCC, os quais atendem à proposta pedagógica do uso do artigo de opinião no

desenvolvimento das capacidades e habilidades de argumentação, de persuasão, de reflexão, de pensamento crítico, de emissão de opinião intersubjetiva e outras possíveis de serem alcançadas a partir desta metodologia. No rol das habilidades destacadas pela BNCC como capazes de serem desenvolvidas a partir do uso do artigo de opinião em “Todos os Campos da Atuação Social”, tem-se a EM13LP01, que tem por finalidade o desenvolvimento da capacidade de relacionar o texto trabalhado, a partir das práticas de leitura e escuta, com as condições sócio-históricas, ampliando a “construção de sentidos e de análise crítica”, para reproduzir textos adequados em distintas situações (Brasil, 2017).

De acordo com Koch (2003), os textos doam sentido para a vida social, e é justamente aqui que se insere a habilidade EM13LP01 mencionada pela BNCC como uma daquelas que podem ser desenvolvidas a partir do trabalho pedagógico com o artigo de opinião e demais gêneros textuais na formação básica. Por vez, a habilidade EM13LP02 traz consigo a finalidade de estabelecer relações entre as partes de um determinado texto, a partir da leitura e da escrita, observando a construção do posicionamento e do estilo/tipo do gênero trabalho, utilizando e reconhecendo os recursos coesivos trabalhados no nível educacional a que se destina este processo pedagógico, estabelecendo relações lógico-discursivas sobre a construção de teses, argumentos, solução de problemas e outras nuances (Brasil, 2017). Lima (2022) cita que o artigo de opinião enquanto metodologia possibilita justamente o desenvolvimento das aptidões críticas, resolutivas-problemáticas e outras relevantes para uma vida social mais cívica.

Ainda dentro de “Todos os Campos da Atuação Social”, a BNCC traz a habilidade EM13LP05, destinando-a à proposta da análise de textos argumentativos (a exemplo do artigo de opinião), em prol da avaliação da força e da eficácia destes pensamentos públicos, estimulando a construção de posicionamentos críticos relativos à matéria discutida, valendo-se dos elementos linguísticos quando necessários, reproduzindo inclusive a “contra-argumentação” (Brasil, 2017). Aprendizagem essa que, para Koch (2018), é fundamental para a formação de cidadãos mais participativos e conscientes. Tendo por base a habilidade EM13LP06, a BNCC menciona o uso do artigo de opinião para desenvolver a habilidade de análise dos efeitos do sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, de palavras e expressões, dentre outras nuances (Brasil, 2017). Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação é base para a compreensão dos sentidos dados aos diálogos sócio-políticos estabelecidos sobre um determinado objeto/matéria de relevância social, sendo o desenvolvimento da capacidade de entendimento destes sentidos elementares para as relações estabelecidas.

Amossy (2011) destaca ser relevante que os sujeitos sejam capazes de analisar e

compreender discursos sociais e políticos em seus mais variados sentidos e gêneros. Sobre isso, a habilidade EM13LP07 da BNCC visa desenvolver a capacidade de análise dos mais variados textos e gêneros textuais, estimulando a intersubjetividade crítica da análise e da produção de contra-argumentação, falada ou escrita. Por meio da leitura e trabalho pedagógico do artigo de opinião, a BNCC traz a habilidade EM13LP08 para mencionar a necessidade de se estimular a capacidade de análise sobre todos os elementos e aspectos da sintaxe do português utilizadas em cada texto, promovendo assim o desenvolvimento da compreensão dos usos adequados para cada situação comunicativa. Ramos e Lima (2023) mencionam que tal compreensão é relevante para que os sujeitos sejam capazes de dialogar e se comunicar de forma eficaz diante de todo e qualquer tipo de relação comunicativa, seja ela informal ou formal.

Com vistas para a habilidade EM13LP12, ainda dentro dos liames dados para “Todos os Campos da Atuação Social”, a BNCC destaca a necessidade de desenvolvimento da habilidade de seleção de informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, sejam elas impressas ou digitais, para fundamentar uma argumentação crítica ou defensiva (Brasil, 2017). Para Marcuschi (2005), a confiança das fontes cedentes dos argumentos que sustentam um texto opinativo persuasivo é indispensável para a convicção da opinião construída, sendo essa uma habilidade necessária dentro desta finalidade de formação. Por fim, a BNCC traz, ainda dentro deste cenário de uso do artigo de opinião, a habilidade EM13LP16, que visa desenvolver a capacidade de produção e análise de textos orais e de outras formas multimodais de expressão, assim como mencionado por Marcuschi (2005) como uma condição essencial dentro das capacidades de argumentação e persuasão.

Dentro do “Campo da Vida Pessoal”, esta pesquisa pré-selecionou uma habilidade específica para ser trabalhada por sua sequência didática apresentada em seu quinto capítulo, sendo ela a EM13LP20, empregada pela BNCC para direcionar a necessidade de uso do artigo de opinião e outros gêneros textuais para o desenvolvimento da capacidade de compartilhamento de gostos, de interesses, de práticas culturais, de temas, de problemas, de questões e outros aspectos que despertam o maior “interesse e preocupação” pública, destacando o respeito quanto às diferenças, identificando afinidades e interesses comuns em coletividade, além da aprendizagem sobre organização e participação em grupos, em clubes, em oficinas e afins (Brasil, 2017). Ramos e Lima (2023) mencionam que, para uma vida social cívica coletiva, pautada na harmonia e no respeito, independente da divergência de opinião, o desenvolvimento desta habilidade é essencial, despertando nos sujeitos a consciência social necessária para uma sociedade mais justa e igualitária.

No que cerne ao “Campo de Atuação na Vida Pública”, sendo ele de grande relevância

no pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania, a sequência didática produzida por esta pesquisa valeu-se da habilidade EM13LP27 da BNCC para construir sua proposta, sendo essa uma habilidade que prescreve a necessidade de desenvolvimento do engajamento na busca por soluções para problemas sociais coletivos, principalmente aqueles que infringem direitos difusos, promovendo, assim, a capacidade de organização de discussões relevantes para a construção de uma nova consciência social pautada pela responsabilidade individual e coletiva sobre distintas temáticas sócio-políticas (Brasil, 2017). De acordo como Koch (2018), os textos argumentativos, principalmente os artigos de opinião, abordam matérias de ampla singularidade social e política, atendo-se para questões problemáticas que precisam ser alvo de uma nova consciência social, sendo, assim, relevantes para serem trabalhadas em sala de aula.

Atendo-se ao “Campo das Práticas de Estudo e Pesquisa”, a sequência didática construída pelo pesquisador como proposta para o ensino médio se valeu de cinco habilidades indicadas pela BNCC. A primeira delas é a habilidade EM13LP28, que apresenta a necessidade do desenvolvimento da capacidade de organização de situações de estudo, bem como da capacidade de uso de procedimentos e de estratégias de leitura que sejam adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão (Brasil, 2017). Bakhtin (2003) menciona que os gêneros textuais possuem estruturas e formas específicas, requerendo dos produtores o conhecimento necessário sobre elas, principalmente os gêneros secundários, que são formais e mais complexos, a exemplo do próprio artigo de opinião. Nesse sentido, a habilidade EM13LP28 da BNCC busca capacitar os sujeitos para a produção textual, para a pesquisa, de modo a fomentar a expansão do campo de produção científica, jornalística e afins.

Aplicando interpretação à habilidade EM13LP30, entende-se que a BNCC visa estimular o desenvolvimento da capacidade de realização de pesquisas que tenham por base distintas fontes, tais como bibliográficas, estudos de caso e outras, promovendo entendimento suficiente para a produção de bases científicas de distintos tipos (Brasil, 2017). Lima (2022) cita que tal capacidade é relevante para as relações sócio-políticas, estimulando que mais pesquisadores possam contribuir para a construção de diálogos relevantes. Por vez, a habilidade EM13LP32 da BNCC traz consigo a proposta de desenvolvimento da capacidade de seleção de informações e dados necessários para fundamentar uma pesquisa, sendo ela relevante para formar sujeitos capazes de dispor de pesquisas sólidas, com fundamentos plausíveis e concretos, assim como direcionado por Bakhtin (2003) como questão elementar na produção de textos formais.

Por sua vez, no “Campo das Práticas de Estudo e Pesquisa”, a BNCC traz a habilidade EM13LP33, a qual tem por base a finalidade de desenvolver nos sujeitos a capacidade de

seleção, de elaboração e de utilização de instrumento de coleta de dados e de informações, relevantes para a construção de estudos e pesquisas (Brasil, 2017). Ramos e Lima (2023) mencionam que a capacitação dos sujeitos sobre tal questão na própria formação básica contribui para o seu desempenho na formação de nível superior, a qual irá aprofundar-se na promoção da conduta de pesquisa. Tem-se, ainda neste campo, a habilidade EM13LP34, que traz consigo a finalidade de desenvolvimento da capacidade de produção textual para a divulgação do conhecimento e dos resultados de levantamentos e pesquisas, principalmente por canais multimidiáticos (Brasil, 2017). Marcuschi (2005) cita que o conhecimento acerca das produções textuais multimodais é indispensável para uma sociedade cada vez mais tecnológica.

Por fim, no “Campo Jornalístico Midiático”, esta pesquisa selecionou quatro habilidades disciplinadas pela BNCC para construir a sua proposta de sequência didática sobre uso pedagógico de artigo de opinião no ensino médio. A primeira habilidade selecionada foi a EM13LP38 que, de acordo com a normativa da BNCC, tem por finalidade desenvolver nos sujeitos a capacidade de análise, em diferentes graus de parcialidade e imparcialidade, de textos noticiosos, de modo que sejam capazes de comparar os relatos de forma crítica, estabelecendo opiniões conscientes sobre a argumentação contida nestes textos (Brasil, 2017). A produção de contra-argumentos ou reprodução opinativa é, para Marcuschi (2005), relevante no avanço da participação cívica através do artigo de opinião.

Uma outra habilidade prevista pela BNCC no “Campo Jornalístico-Midiático” é a EM13LP39, que traz como proposta o desenvolvimento da capacidade de uso dos procedimentos de checagem dos fatos noticiados e das fotos publicadas em diferentes fontes, de modo que sejam capazes de identificar a veracidade das informações divulgadas, invalidando as *fake news* (notícias falsas) (Brasil, 2017). De acordo com Amossy (2011), a habilidade de análise de discursos quanto a sua confiabilidade é uma necessidade da atual sociedade que, a cada dia mais, passa a ser bombardeada por notícias falsas e inverídicas, além das tendenciosas. Outra habilidade elencada pela BNCC neste campo é a EM13LP40, tendo por finalidade o desenvolvimento da capacidade de análise dos fenômenos da “pós-verdade”, em prol do combate das notícias falsas, estimulando atitude crítica e postura flexível que reveja crenças e opiniões quando os fatos analisados as contradisserem (Brasil, 2017); o que, para Ramos e Lima (2023), é essencial na produção da consciência de respeito social coletivo.

Por fim, a última habilidade atrelada ao “Campo Jornalístico-Midiático” do qual esta pesquisa se valeu é a EM13LP45 que, para a BNCC, tem por finalidade desenvolver a capacidade de análise, de discussão, de produção e de socialização, tendo por base temas e acontecimentos de interesse local e global, estimulando a discussão crítica (Brasil, 2017).

Temáticas estas que, de acordo com Vieira (2013), são alvo dos artigos de opinião, consagrando, assim, este gênero textual como relevante para se trabalhar a argumentação, a persuasão, a reflexão, a crítica e outras habilidades em sala de aula. É justamente se valendo dos pressupostos até aqui apresentados que diferentes estudos e obras defendem o uso do artigo de opinião em sala de aula sob uso da pedagogia argumentativa e persuasiva que, de acordo com Ramos e Lima (2023), desenvolve capacidades indispensáveis para as atuais relações sociais e políticas.

5 A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR O ARTIGO DE OPINIÃO NA ESCOLA

A construção de práticas pedagógicas que trabalhem os gêneros do discurso em sala de aula é indicada como importante pela própria BNCC sob justificativa de desenvolvimento de aprendizagens e competências necessárias para as atuais relações sociais e políticas, as quais exigem comportamento cívico mais crítico e reflexivo com as demandas de interesse coletivo (Brasil, 2017). De acordo com Lima (2022) e com Ramos e Lima (2023), dentre os gêneros do discurso existentes, o artigo de opinião consagra-se como um dos mais importantes para serem trabalhados no ambiente pedagógico, dado o potencial crítico dos pensamentos argumentativos inculcados neste gênero discursivo, o que amplia as possibilidades pedagógicas de trabalho em sala de aula, diversificando as temáticas trabalhadas e reproduzindo, assim, interações reflexivas necessárias para a atual formação educacional básica.

Nas palavras emitidas por Ramos e Lima (2023, p. 190), tem-se a seguinte concepção científica acerca da importância do trabalho pedagógico com os gêneros do discurso na escola:

[...] os gêneros são vistos como os meios de interação da atividade humana e desempenham papel fundamental na interação verbal, contribuindo para com o desenvolvimento cognitivo e social na compreensão cultural e ideológica do mundo. É importante ressaltar que é por meio da análise crítica de gêneros que os alunos conseguem desenvolver-se plenamente em suas práticas discursivas e sociais.

Koch (2003) sustentou, em sua obra, que os textos produzem sentidos para diferentes discursos, sendo eles capazes de dar efeitos para realidades sócio-políticas distintas, estimulando, assim, pensamentos argumentativos necessários para a desconstrução de velhas crenças que se reproduzem de forma nociva no atual ambiente social. Os textos produzem, então, intertextualidades internas e externas que possibilitam a análise e a compreensão de elementos relevantes para as questões linguísticas, sociais e políticas, sendo assim instrumentos capazes de expandir a consciência e capacitar os sujeitos/leitores em diferentes aspectos relevantes para as relações sociais e políticas que por eles serão estabelecidas (Koch, 2003). No que concerne ao artigo de opinião, Koch (2018) indica que este é um instrumento de grande valia para a expansão do conhecimento e da consciência do sujeito social.

Visto que cabe à escola a preparação de base dos sujeitos sociais para as relações cidadãs, é preciso considerar a responsabilidade do ambiente pedagógico no uso de instrumentos que sejam vistos como indispensáveis para a formação de cidadãos mais críticos, humanos e reflexivos (Vieira, 2013). O próprio Freire (1992) destacou que a educação não transforma a realidade social, mas, por meio dela, é possível alterar a consciência humana e,

diante disso, altera-se o comportamento humano em sociedade, o que gera mudanças no meio sócio-político. Noutras palavras, a educação transforma o homem cidadão e, reflexamente, o comportamento dele pode alterar as realidades sociais e políticas existentes (Freire, 1992). No gênero discursivo artigo de opinião, em geral, como cita Drum e Lebler (2020), abordam-se temas de grande relevância para a produção de uma consciência social e política baseada no respeito coletivo e, por isso, este se torna um instrumento de grande importância para a prática pedagógica da escola de formação básica.

Claras e Grando (2018) citam que o artigo de opinião produz interdisciplinaridade necessária com outros gêneros e com temas variados do contexto social e político, o que possibilita a diversificação da aprendizagem trabalhada em sala de aula escolar. Sob tal premissa, Grácio e Mosca (2016) citam que o uso do artigo de opinião na escola é indispensável para capacitar os sujeitos sociais no domínio da opinião, sendo este um requisito para a excelência do manejo da retórica, além da produção da consciência social. Os autores destacam ainda, na íntegra das suas palavras, que:

[...] o domínio da opinião como sendo o campo por excelência da retórica, o lugar de encontro das subjetividades, visto que os sujeitos ali estão, em maior ou menor grau, deixando em seu discurso as marcas de sua presença. Caberá ao leitor/ouvinte exercitar o espírito crítico e promover a reflexão, o que poderá levá-lo à retórica enquanto ação, não só sobre o outro, mas também sobre o mundo, mediante acordos, pactos e negociações, dentro de princípios democráticos, tal como foi em sua origem. **O paradoxo da argumentação reside em saber em que medida é possível respeitar o outro, sem tentar impor-lhe os seus próprios pontos de vista.** Esta é uma situação de impasse, uma vez que convencer é fazer o outro aceitar o seu ponto de vista e, portanto, a argumentação impositiva corre o risco de ferir o julgamento do outro, não respeitando a sua opinião. **Em contrapartida, pensar a argumentação como uma forma de interação é promover o encontro de pontos de vista diferentes e levar em conta o espírito crítico do outro, reconhecendo a sua liberdade** (Grácio; Mosca, 2016, p. 203, grifos nossos).

Da ênfase dada pelos grifos acima, é possível destacar como argumentos justificantes da importância do uso do artigo de opinião na escola o potencial deste gênero do discurso para promover o domínio da opinião e da argumentação, a ampliação da qualidade da retórica e, muito além disso, a capacidade deste gênero para estimular a consciência coletiva indispensável para a construção do respeito ao outro, à diversidade, validando a subjetividade da expressão e, ao mesmo tempo, consolidando a capacidade de se respeitar as opiniões emitidas pelos demais, as quais possam ser discordantes (Grácio; Mosca, 2016). Para Azevedo e Tinoco (2019), através da argumentação em grupo, é possível ir muito além do letramento nas questões linguísticas inculcadas nos gêneros discursivos trabalhados, explorando ainda aspectos sociais e políticos das relações humanas que, no atual cenário da sociedade, são de grande valia para o alcance de

melhorias requeridas. No estudo produzido pelos autores retromencionados, utilizou-se de dois artigos de opinião para validar uma proposta pedagógica, concluindo-se que:

[...] a proposta de ensino da argumentação como prática social ressignifica o processo porque, ao focalizar o uso da argumentação, torna-o vivencial. Com isso, o trabalho com a argumentação passa a ser um meio privilegiado para formar sujeitos com posicionamentos políticos que demonstrem raciocínio lógico, plausível e ético dentro e fora da escola (Azevedo; Tinoco, 2019, p. 33).

O fragmento textual acima exposto valida o artigo de opinião como um gênero do discurso capaz de estimular a formação de sujeitos com melhor posicionamento lógico e ético nas relações sociais e políticas (Azevedo; Tinoco, 2019). Em Freire (1987), os sujeitos sociais são compreendidos como sujeitos políticos, os quais possuem consciência limitada que precisa ser constantemente expandida, por meio de um processo contínuo de aprendizagem. Para adquirir tal comportamento, Freire (1987) atribui à escola o dever de construir o interesse nos sujeitos sócio-políticos pela busca de conduta que estimule a constante expansão das suas consciências, subjetiva e coletiva. Justamente por meio do trabalho com o artigo de opinião é que Azevedo e Tinoco (2019) mencionam ser possível satisfazer o alcance desta conscientização ainda no nível de formação educacional básica.

Silva (2020) cita, no estudo produzido, que o artigo de opinião enquanto instrumento de aprendizagem educacional possibilita a formação de conhecimentos que vão muito além do aprimoramento da escrita e da fala, alcançando ainda a satisfação no desenvolvimento de habilidades de reflexão nos educandos, o que irá contribuir para a formação de cidadãos letrados e conscientes dos seus papéis e responsabilidades cotidianas postos em sociedade. Em sua obra, António (2021) indica que a escola precisa olhar para a formação educacional sob o ponto de vista sócio-político emitido pelos artigos de opinião, sendo ele um instrumento que pode contribuir para promover uma maior consciência de mundo, tanto do aspecto intersubjetivo quanto do coletivo, sobre questões de grande relevância em sociedade e, muitas delas, que precisam ser alteradas, dada a nocividade histórica atribuída por crenças limitantes.

Em Amossy (2016), tem-se a noção de que o discurso pode ser analisado sob a ótica da argumentação, sendo essa uma medida necessária numa sociedade em que, cada vez mais, o discurso ganha diferentes contextualizações e sentidos, principalmente sob o ponto de vista dos falsos discursos, sustentados por mero senso comum, que precisam ser analisados e enfrentados por comportamentos críticos e reflexivos, estimulados pela busca da verdade, norteados pela exigência de elementos justificantes provindos por fontes verdadeiras. Amossy (2007) traz justamente as falsas notícias nos discursos como um dos principais desafios da

contemporaneidade, o que irá exigir dos sujeitos sócio-políticos maior capacidade de análise e reflexão para que seja possível distanciar a sociedade de premissas inverídicas que visam deturpar condutas, comportamentos e crenças. Por outro lado, a busca pela validação da veracidade de discursos produzidos por artigos de opinião é uma medida necessária para reproduzir reflexões importantes sobre temáticas emergentes (Lima, 2022).

Oliveira e Oliveira (2018) destacam, no entanto, que o uso da argumentação em sala de aula requer a promoção de um ambiente colaborativo, o qual não busque pela concordância, mas sim pela produção do respeito às opiniões divergentes, ponto esse relevante para se promover condutas de respeito para com as diversidades. Na íntegra das palavras emitidas por eles, tem-se a seguinte concepção científica:

Defendemos que o “lugar” da diversidade não é o da aceitação e o da tolerância, muito menos o da concordância, mas o do respeito. Se dizemos que aceitamos ou toleramos alguém ou alguma situação, em alguma medida, já criamos um distanciamento e uma hierarquia entre nós e o outro. Para estabelecermos um acordo, que é diferente de concordância, **temos que procurar minimizar as distâncias que nos separam do outro e para isso precisamos ceder, não de modo acrítico, mas reflexivo** (Oliveira; Oliveira, 2018, p. 207-8, grifos nossos).

Os destaques dados pelos grifos acima demonstram que a criação de um ambiente interativo, que promova o respeito a partir da pedagogia que se utiliza do artigo de opinião como um gênero do discurso empregado enquanto instrumento de formação de uma consciência subjetiva e coletiva, é essencial para que se possa estimular o desenvolvimento da habilidade de convivência em coletividade, de forma equilibrada, respeitosa e, acima de tudo, igualitária (Oliveira; Oliveira, 2018). No entanto, é preciso considerar que o artigo de opinião trabalhado sob a ótica do desenvolvimento do comportamento respeitoso não pode invalidar o desenvolvimento da capacidade de posicionamento subjetiva de cada sujeito, sendo essa uma medida requerida para que questões problemáticas identificadas na sociedade possam ser alteradas por meio do inconformismo cívico de cada cidadão e de grupos sociais específicos (Azevedo; Tinoco, 2019). Em ambas as vertentes, os estudos aqui mencionados reconhecem a importância do artigo de opinião como pedagogia de ensino na escola básica.

Nesse sentido, Cavalcanti (2015) destaca a necessidade de se trabalhar o artigo de opinião sob a ótica da retórica-discursiva, sendo essa a nova vertente da retórica exigida para a formação de cidadãos mais críticos, mais reflexivos e com um amplo potencial de argumentação em sociedade. Dittrich (2008) cita que a retórica do discurso parte da premissa de que cada sujeito, por meio da expressão das suas subjetividades e da interação em coletividade, estimula a promoção da aquisição de competências a partir deste cenário. Em outras palavras, a nova

retórica do discurso é capaz de, como forma metodológica de formação educacional básica, reproduzir aprendizagens guiadas pelas concepções formadas pelos próprios educandos, diversificadas de acordo com as matérias e cenários nos quais os objetos abordados pelos artigos de opiniões forem trabalhados (Vieira, 2013).

Lima (2022) menciona que o uso pedagógico do artigo de opinião pode ocorrer dentro de propostas de sequência didática que deem um norte para todos os aspectos a serem trabalhados sob essa perspectiva, observando e agregando em seu conteúdo as próprias diretrizes das habilidades destacadas pela BNCC de 2017. Valendo-se dos pressupostos apresentados até aqui, o próximo capítulo traz a proposta de sequência didática que faz uso do artigo de opinião como metodologia educacional argumentativa direcionada ao ensino médio, trazendo para pauta questões de grande relevância sócio-política, a exemplo da cultura do estupro.

6 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

- Público-alvo da proposta de sequência didática⁵: Alunos do Ensino Médio
- Gênero em foco: Artigo de opinião
- Temas: Desinformação, cultura do estupro, ironia e respeito
- Objetivos da proposta didática:
 - a) Explorar as características do gênero artigo de opinião;
 - b) Abordar a interface entre a desinformação e a cultura do estupro;
 - c) Discutir as características da (des)informação e da cultura do estupro.

Pré-leitura

[Quantidade de aulas: 02 aulas]

A importância da informação!

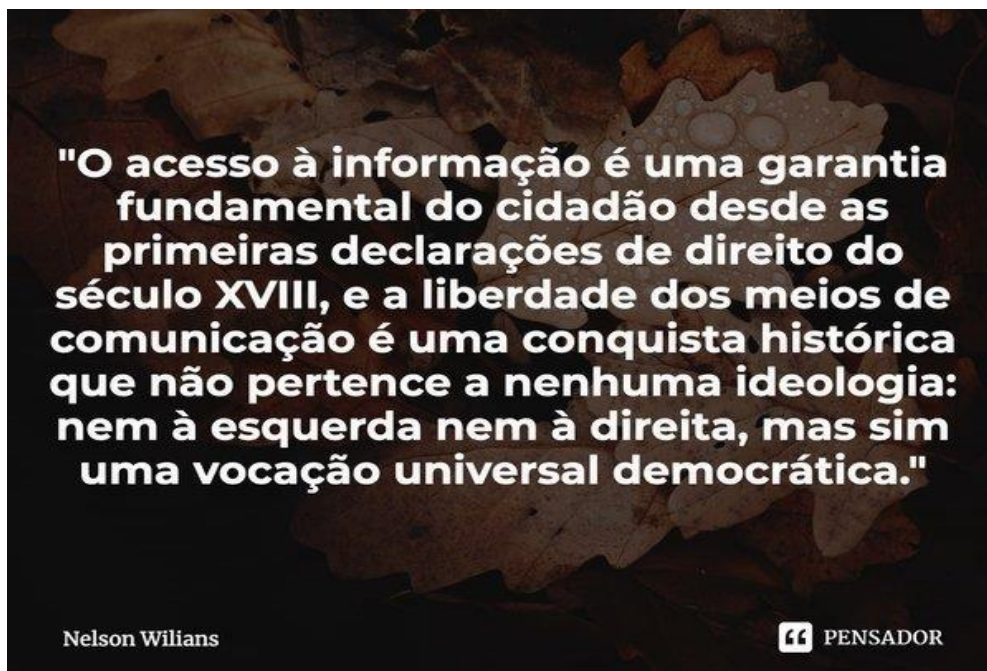
Um olhar sobre alguns conhecimentos prévios acerca dos textos informativos

No texto informativo, o tema, em geral, é um fato ou uma série de fatos ocorridos sucessivamente no mesmo local (uma guerra ou uma disputa esportiva, por exemplo), em um determinado período de tempo. Esse texto pode ser encontrado sobretudo em jornais e revistas.

SARMENTO, Leila L. **Vereda digital**: gramática em textos. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

⁵ Barros (2014) define a sequência didática como um conjunto organizado e estruturado de atividades pedagógicas planejadas de modo coerente, tendo por finalidade o desenvolvimento de certas competências e habilidades dentro de um contexto educacional específico. Para eles, as sequências didáticas que envolvem os gêneros textuais segue essa mesma lógica, no entanto, agregando em sua estrutura o uso de um ou mais dos gêneros de texto. No entanto, para a elaboração desta sequência didática, teve-se por inspiração o Grupo de Genebra (o qual desenvolvera relevantes pesquisas na área da didática e da psicologia), com foco nas Teoria de Bernard Schneuwly e Joan Dolz, as quais tratam, respectivamente, de questões vinculadas ao uso pedagógico de sequências didáticas, concentrando tais abordagens no uso de gêneros textuais, tendo por base o uso dos princípios socioconstrutivistas, os quais enfatizam a importância do processo social interativo na aprendizagem.

Figura 1. Ilustração Pré-leitura



Fonte: WILIANS, Nelson. **O acesso à informação.** Pensador, 2024. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/Mjk4MDc5MQ/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

A – Primeiros passos

Que tal iniciarmos nosso itinerário por meio dos textos informativos? Responda às perguntas a seguir e apresente suas respostas para a turma.

[O professor solicita aos alunos que escrevam suas respostas e depois as partilhem oralmente. O importante, nesta rodada de perguntas, é verificar o que o aluno já sabe sobre o texto informativo, bem como quais tem costume de ler, a frequência de leitura e a importância de ler esse tipo de texto. Aqui é significativo não estabelecer um julgamento às respostas dadas pelo aluno, e sim contribuir e influenciar sobre a importância que tal prática de leitura pode ter na vida cotidiana dele].

1 – Você sabe o que é um texto informativo?

2 – Você tem hábito de ler algum texto informativo? Se sim, qual?

3 – Se a sua resposta à questão 2 foi positiva, com que frequência você dedica tempo para leitura

de textos informativos e por que você os busca especificamente, e não outros?

4 – Se sua resposta à questão 2 foi negativa, explique por que você não tem esse hábito de leitura e o que seria necessário para mudá-lo, caso julgue importante.

[O professor deve, a partir dessa pergunta, estabelecer uma reflexão junto à turma acerca da importância da leitura dos textos informativos, bem como as dificuldades encontradas ao lê-los e a relevância que eles têm].

5 – Caso tenha o hábito de leitura de textos informativos, você tem o devido cuidado em diferenciar conteúdos confiáveis de conteúdos falsos, tendenciosos ou de pouca propriedade? Procure descrever, ao menos, três ações possíveis.

[Nesta questão, o professor pode verificar como o aluno detém o conhecimento sobre a curadoria das informações, ou seja, se há algum mapeamento na busca pelas informações diante da imensidão de conteúdos e daquilo que, de fato, é pertinente ou não para ser absorvido].

B – Teste sobre Curadoria das Informações

[Esta seção é um caminho importante e lúdico que o professor pode dinamizar junto ao aluno, para verificar se realmente ele é um leitor bem informado ou apenas um consumidor de notícias. O questionário abaixo pode ser aplicado individualmente e não há necessidade de que as respostas sejam reveladas no grupo, para não haver julgamento por parte dos demais colegas da sala].

Você é um leitor bem informado ou um consumidor de notícias?

Responda as perguntas dos blocos abaixo com **SIM** ou **NÃO** e descubra quem você é diante das informações a que tem acesso. Ao final das perguntas, consulte o gabarito e descubra o tipo de leitor que você é!

Bloco A

- Você está sempre informado sobre o que acontece na cidade, no país e no mundo?
- Você procura sempre se informar em mais de um canal ou mídia?
- Você seleciona as fontes e as informações a que tem acesso?
- Você levanta dúvidas sobre o que lê, ouve ou assiste?
- Você leva em consideração opiniões contrárias às suas?
- Você procura ler e ouvir diferentes opiniões sobre um mesmo acontecimento, sempre buscando entender os dois lados da história?

Bloco B

- Você fica sabendo dos acontecimentos porque ouviu alguém falar sobre o assunto?
- Você procura se informar apenas em um canal ou mídia?
- Você ignora se a fonte da informação recebida é confiável ou não?
- Você acredita em tudo que vê, lê ou ouve falar?
- Você já tem uma opinião formado sobre tudo, mesmo sem ter profundidade no assunto?
- Você ignora opiniões que sejam diferentes das suas?

Gabarito

Para saber que tipo de leitor você é, confira suas respostas e veja em qual grupo você apresentou mais respostas positivas.

Se você respondeu mais **SIM** no **Bloco A**, significa que você é uma pessoa bem informada, logo, um bom leitor. Mas se você respondeu mais **SIM** no **Bloco B**, significa que precisa melhorar o seu filtro de informações. Nesse caso, é preciso exercitar mais a curadoria de informação a fim de refletir mais sobre ela ao invés de apenas consumi-las.

Lembre-se: vivemos em um mundo globalizado, onde novas informações surgem em alto volume e velocidade. Mas isso não significa que não se pode mudar. Sempre é tempo de se transformar em um leitor melhor, atento às informações de forma crítica e sensata.

Fonte: PERSONALITÉ SERVIÇOS. **Curadoria de informação:** você sabe o que é?
Disponível em: <https://personaliteservicos.com.br/personalite/curadoria-de-informacao/>.
Acesso em: 20 mai. 2024.

C – Apresentação de alguns conceitos

[Nesta seção, o professor apresenta dois textos com a definição, respectivamente, de desinformação e cultura do estupro. Os alunos realizam a leitura dos conceitos e respondem às questões apresentadas abaixo dos conceitos].

TEXTO I

A desinformação

A desinformação é o termo usado para definir qualquer tipo de conteúdo e ou prática que contribua para o aumento de informação falsificada, não validada ou pouco clara/transparante e/ ou para afastar os cidadãos do conhecimento factual da realidade. Este fenômeno assume diferentes formatos, nomeadamente:

Notícias falsas e/ou falsificadas ou globalmente designadas por Fake News, que podem indicar a vontade deliberada de distribuir informação falsa ou rumores, independentemente dos meios de comunicação e motivações associadas à sua criação. Embora as notícias falsas não constituam em si mesmas uma limitação da liberdade de imprensa, podem utilizar informação veiculada pela comunicação social, afetando a credibilidade dela.

(Fonte: CENTRO INTERNET SEGURA. Fake: o que é? Disponível em: <https://www.internetsegura.pt/FakeNews>. Acesso em: 20 mai. 2024.)

TEXTO II

A cultura do estupro

Em geral, quando falamos de cultura, remetemos a algo positivo e legítimo. E é aí que pode morar o incômodo com o termo “cultura do estupro”. **A palavra “cultura” nesse caso, não simboliza algo positivo, nem legítimo.** Também não é uma crítica que sugere, por exemplo, que a sociedade seria conivente com o estupro. Não mesmo!

A nossa cultura pode possuir diversos aspectos bons como a música popular, a arte de rua, a hospitalidade do nosso povo, a paixão pelo futebol. Mesmo que não seja consensual, em geral, esses aspectos são interpretados como características positivas da cultura brasileira.

No entanto, nossa cultura pode abrigar também comportamentos que estamos acostumados a aceitar, mas que não são necessariamente bons. Como nós crescemos vivenciando e aprendendo a repetir esses comportamentos, nossa tendência é pensar que eles são “naturais”. Ou seja, que faz parte de nós enquanto seres humanos, e que, da mesma forma que um gato não pode latir, certos comportamentos da “natureza humana” não poderiam ser modificados.

É a partir disso que surge a **problematização da discussão sobre cultura**. O ser humano ocidental não vive mais no seu estado de natureza, seus comportamentos são frutos de sua cultura. A cultura que foi criada há décadas ou séculos atrás e que se modifica lentamente ao longo do tempo. Denys Cuche, em seu livro “A Noção de Cultura nas Ciências Sociais” (1999), explica que:

A noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no homem, é inteiramente interpretada pela cultura.

Ou seja, ele quis dizer que temos que tomar muito cuidado ao naturalizar os nossos comportamentos, pois eles não são realmente “naturais”, e sim condicionados pela nossa cultura.

O termo “cultura do estupro” tem sido usado desde os anos 1970, época da chamada segunda onda feminista, para apontar comportamentos tanto sutis, quanto explícitos que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher. A palavra “cultura” no termo “cultura do estupro” reforça a ideia de que esses comportamentos não podem ser interpretados como normais ou naturais. Se é cultural, nós criamos. Se nós criamos, podemos mudá-los.

(**Fonte:** MAIA, Dominique; MEDEIROS, Letícia. **Cultura do estupro:** como assim? Disponível em: <https://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>. Acesso em: 20 mai. 2024.)

Questões para discussão:

[Nesta parte da atividade, o objetivo é verificar a opinião dos alunos acerca dos conceitos de desinformação e de cultura do estupro, bem como quais outras informações estão presentes no texto e que confirmam e cooperam para a compreensão dos conceitos que são introduzidos e trabalhados no momento da aula. A partir das respostas dadas, algumas noções do gênero artigo de opinião já são apresentadas, mesmo sem terem sido, ainda, abordadas para os

alunos. As respostas podem ser compartilhadas no grupo oralmente].

1 – A partir da leitura dos conceitos sobre a desinformação e a cultura do estupro, qual foi a sua conclusão sobre esses assuntos? Qual a correlação entre ambos?

2 – Existe alguma relação entre a desinformação e a cultura do estupro? Apresente dois exemplos, caso sua resposta seja positiva.

3 – É possível identificar, em um trecho do texto 2, uma citação retirada de um livro. Em que essa citação contribui para o conhecimento do tema abordado?

4 – Você já ouviu falar em artigo de opinião? Sabe o que é e como é a sua estrutura? Sabe identificar as características de um artigo de opinião? Se sim, responda com suas palavras. Se não, escreva o que você imagina ser um artigo de opinião.

5 – Em nossa próxima aula, abordaremos a leitura e compreensão de um artigo de opinião. Que tal você realizar uma pesquisa, a fim de reunir informações suficientes que o ajudem a compreender que gênero textual é esse?

[Esta sugestão de pesquisa deve ser orientada de modo a estimular o aluno a conhecer o gênero em questão, fazendo uma busca de informações conceituais, estruturais e das características na composição do artigo].

Nos vemos na próxima aula, para continuar esta atividade!

Leitura e compreensão do texto

[Quantidade de aulas: 04 aulas]

1 – Faça a leitura do artigo de opinião abaixo, silenciosamente (se possível, mais de uma vez), com os seguintes objetivos:

a) Identificar as **principais informações que estão contidas nele ou às quais ele faz alusão;**

[Este comando alerta o aluno para o tema abordado no texto em linhas gerais e também as

principais informações contidas nele às quais precisa se atentar e pode reconhecer].

b) Entender seu **propósito comunicativo**;

[Sobre este ponto, espera-se que o aluno, ao final da atividade, perceba que o artigo de opinião é um texto opinativo, pertencente ao domínio jornalístico, que circula, geralmente, em seções de opinião de jornais e revistas, sendo um meio de comunicação social, não apenas informativo, mas também formador de opinião].

c) Reconhecer o que **contém um artigo de opinião**;

[Ao fim da atividade, no pós-leitura, espera-se que o aluno seja capaz de sumarizar essas características. Neste momento, o que se deseja é que haja um olhar inicial sobre o todo, porque o estudante, na aula anterior, já se recordou do gênero artigo de opinião, a partir da realização da questão 4 e também por meio da realização de uma pesquisa orientada pelo professor].

Aguardar julgamento em liberdade é diferente de pagar para cometer crimes

Ler notícias era um hábito antigamente e fui me informar sobre o caso Daniel Alves para ver se a Justiça da Espanha é medieval.

Ricardo Araújo Pereira⁶

A notícia sobressaltou todo o mundo e gerou justificadíssima indignação: o jogador Daniel Alves estuprou uma mulher na Espanha, mas, depois de ter pago um milhão de euros, saiu em liberdade.

Unanimemente, o caso foi considerado um escândalo. Estuprar custava um milhão de euros; os ricos podiam estuprar impunemente; contanto que se tivesse dinheiro era possível comprar a liberdade.

⁶ Ricardo Araújo Pereira nasceu em Lisboa, em 1974. Licenciado em Comunicação Social pela Universidade Católica, começou a sua carreira como jornalista no Jornal de Letras. É guionista desde 1998. Em 2003, com Miguel Góis, Zé Diogo Quintela e Tiago Dóres, formou o grupo humorístico Gato Fedorento. Escreve semanalmente na revista Visão e no jornal Folha de S. Paulo.

Figura 2. Ilustração Secundária

Luiza Pannunzio

Pessoalmente, tive dúvidas. Não em relação à possibilidade de cometer crimes a troco de dinheiro —isso também me pareceu abominável. O problema é que eu vivo em Portugal, que fica mesmo ao lado da Espanha, e nunca tinha reparado que os meus vizinhos tivessem um sistema de justiça medieval.

Durante todo este tempo, tinha-me escapado que na Espanha as mulheres vivessem no perigo constante de se cruzarem com um estuproador rico, a quem bastava compensar o Estado espanhol com uma quantia razoável para poderem cometer crimes à vontade.

Por isso, fui ler as notícias. Era um hábito que existia antigamente: a gente pegava no jornal, lia o título de uma notícia, e depois continuava lendo, buscando um esclarecimento completo. Ler apenas duas palavras antes de formular uma opinião definitiva dava mau resultado.

E foi então que apurei que o sistema de justiça espanhol funciona do seguinte modo (preparem-se, porque é surpreendente): os criminosos vão para a prisão quando são condenados. São idiosincrasias espanholas muito estranhas. Mais: a condenação só existe quando a sentença transita em julgado. Antes da sentença final, o cidadão é, para todos os efeitos, inocente.

Parece que é um preceito que serve para que ninguém possa ser preso arbitrariamente. Enquanto aguarda pela sentença final, o cidadão pode ficar em liberdade (uma vez que, como ficou dito, é inocente até provado o contrário), embora lhe possam ser impostas medidas de coação. Essas medidas servem para garantir que o réu não fuja e seja mesmo julgado em tribunal.

Consoante a gravidade do crime de que é acusado, essas medidas podem ir da mera notificação do tribunal quando vai viajar até a prisão preventiva.

No entanto, também há regras para a aplicação da prisão preventiva, para impedir que os cidadãos que ainda não foram condenados cumpram uma pena que não lhes foi atribuída. É o caso de Daniel Alves, que interpôs recurso da decisão da primeira instância e tem direito a aguardar o novo julgamento em liberdade, mediante a entrega do seu passaporte e do pagamento de uma fiança.

É ligeiramente diferente de pagar para cometer crimes impunemente. Afinal não somos todos moralmente superiores aos tribunais espanhóis. Mas tenho a certeza de que a nossa superioridade moral, que é evidente, se revelará já para a semana, na sequência da leitura precipitada de outra notícia qualquer.

(Fonte: PEREIRA, Ricardo A. Aguardar julgamento em liberdade é diferente de pagar para cometer crimes. Folha UOL, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-araujo-pereira/2024/03/aguardar-julgamento-em-liberdade-e-diferente-de-pagar-para-cometer-crimes.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.)

[Após a leitura silenciosa, o professor deve checar, por meio de uma partilha oral, se os alunos atingiram os objetivos básicos esperados para essa etapa. Aqui ainda não é necessária uma sistematização, mas este momento é importante para saber se os alunos, de fato, leram o texto com atenção, se se recordam da última aula e se possuem alguns conhecimentos prévios que serão explorados adiante].

Proposta de um debate com o tema: “A relação entre a desinformação e cultura do estupro”

[Neste momento, é importante que o professor explique que o objetivo da realização do debate é que os estudantes expressem oralmente suas opiniões sobre o tema “A desinformação e cultura do estupro”, podendo haver divergências, que devem ser respeitadas. A linguagem

pode apresentar marcas de oralidade, bem como expressões indicando opinião pessoal, e pode variar dependendo de quem vai participar do debate.]

O que é um debate?

[Nesta parte, o aluno é apresentado ao conceito do gênero debate e, em seguida, à organização e apresentação dele. O debate é uma exposição oral de um tema realizada por vários participantes cujo objetivo é trocar ideias, apresentar argumentos que fundamentem o próprio ponto de vista e também escutar opiniões diferentes. Os debatedores, em geral, apresentam o texto argumentativo oral, em defesa ou contra algum assunto.]

Organização e apresentação do debate:

[Algumas regras devem ser definidas como: a) definição do número de participantes: Quantos irão participar? (Em geral, recomenda-se menos de seis.); b) Escolha do mediador: Quem irá mediar e coordenar o andamento do debate? Como fará isso?; c) Exposição de ideias: Cada debatedor vai expor ou não sua opinião antes de iniciar propriamente a discussão?; d) Distribuição do tempo: Quanto tempo será reservado para as falas iniciais? E para as réplicas e tréplicas?; e) Ordem das questões: Quem pergunta para quem?; f) Participação do público: Participará com perguntas ou apenas acompanhará os debatedores? As perguntas serão orais ou escritas? O diálogo será construído a partir da emissão de perguntas pelo professor, estimulando a construção de pensamentos dialógicos concordantes ou discordantes por parte dos alunos, estimulando assim o senso crítico e o pensamento argumentativo.

Depois de definir previamente as regras, o professor pode organizar o debate seguindo o roteiro abaixo:

ROTEIRO PARA O DEBATE
Cumprimento ao público pelo moderador e exposição do motivo do debate.
Apresentação do tema escolhido e dos pontos de vista sobre o assunto.
Definição das normas do debate: tempo do debate e de cada participante; direito de resposta; participação de debatedores e do público.
Conclusão com um breve comentário de cada debatedor, síntese do debate e agradecimentos

aos participantes feitos pelo moderador.

Atividade de Produção de um Debate:

Reúna-se com seis colegas para organizar, com a orientação do professor, um debate na sala de aula em que a classe será o público. Três debatedores argumentarão, três contra-argumentarão, e um será o mediador.

O tema do debate é “A relação entre a desinformação e cultura do estupro”. Definam as regras do debate.

Façam pesquisas e reúnam argumentos para a sua exposição em classe. Usem uma linguagem clara, objetiva e concisa para elaborar um texto de apoio. Agora realizem um debate.

[Após a realização do debate, o professor pode fazer suas considerações sobre a apresentação realizada pelos alunos.]

Atividade de Leitura e de Análise Linguística:

[O professor apresentará uma lista de questões após a realização da leitura e do debate, a fim de que o aluno sistematize e aprofunde as estratégias utilizadas na leitura do artigo de opinião de Ricardo Araújo Pereira.]

Nesta etapa, já tendo feito uma primeira leitura do texto, sente em duplas com seus colegas e responda ao roteiro que se segue. Ao acabarem, vocês partilharão as respostas com o grupo e com o professor.

1 – Pode-se afirmar que o título “Aguardar julgamento em liberdade é diferente de pagar para cometer crimes” já antecipa o posicionamento do articulista acerca do julgamento de Daniel Alves em relação à prática do estupro? Qual é o real posicionamento do autor?

R: Sim. O autor está criticando leituras precipitadas, que não conduzem à verdade dos fatos, como no caso de Daniel Alves, que fazem crer que ele pagou para ser inocentado, o que não seria verdade. Na verdade, ele pagou fiança para responder em liberdade, o que é legal na lei

espanhola.

2 – A definição de uma tese no artigo de opinião é essencial para a argumentação, de forma que o autor possa inserir exemplos, citações e dados que comprovem o seu posicionamento. Explique a tese utilizada pelo autor.

R.: A notícia produziu entendimento errôneo sobre o pagamento da fiança por Daniel Alves e seus reais efeitos no processo por ele enfrentado, o que induziu a um entendimento massificado de natureza inverídica com a realidade dos fatos.

3 – As imagens não são item obrigatório na estrutura do artigo de opinião, mas garantem uma argumentação à parte, já que chamam a atenção do leitor e complementam o texto. Que leitura é possível estabelecer por meio dos elementos verbo-visuais apresentados na imagem desenhada por Luiza Pannunzio?

R: O uso de imagens transmite a mensagem de uma forma mais rápida, objetiva e direta. Ao observarmos a imagem de um milho grande associada à pergunta “Quanto vale um estupro?”, percebemos a importância do valor da quantia (1 milhão de euros) para que o acusado (Daniel Alves) pudesse responder em liberdade e ainda pode-se verificar que o milho “descortinado” também remete à vulva feminina violada.

4 – Leia o fragmento abaixo, atentamente:

“E foi então que apurei que o sistema de justiça espanhol funciona do seguinte modo **(preparem-se, porque é surpreendente)**: os criminosos vão para a prisão quando são condenados.”

a) É possível perceber que o articulista faz uso da ironia ao mencionar o termo entre parênteses. Ao fazer uma apuração do sistema de justiça espanhol, o autor chega à conclusão de que os criminosos vão para a prisão no momento em que são condenados e sugere que a situação não é surpreendente (ou seja, diz o contrário do que parece dizer). Localize mais três exemplos de ironias usadas pelo autor do texto e explique-os, indicando ainda os meios usados por você para identificá-las.

R: “O problema é que eu vivo em Portugal, que fica mesmo ao lado da Espanha, e nunca tinha reparado que os meus vizinhos tivessem um sistema de justiça medieval.”, “São idiossincrasias espanholas muito estranhas.” e “Parece que é um preceito que serve para que ninguém possa ser preso arbitrariamente.” A identificação ocorreu a partir da verificação da entonação de descredibilização da realidade dos fatos, da tentativa de vulgarizar o sistema criminal sob o qual Daniel Alves encontra-se submetido.

b) Avalie a eficácia do discurso irônico adotado pelo articulista.

R: A eficácia do discurso irônico adotado pelo articulista é alta, pois ele usa o sarcasmo para destacar uma obviedade e, assim, criticar implicitamente um aspecto do sistema de justiça. A ironia evidencia a ineficiência ou surpresa com práticas que deveriam ser básicas, captando a atenção do leitor e promovendo reflexão sobre a questão abordada. A verificação da eficácia da ironia ocorreu a partir da surpresa implícita ao mencionar que os criminosos vão para a prisão apenas quando condenados, algo esperado e óbvio. A frase "preparem-se, porque é surpreendente" reforça o sarcasmo, indicando que o articulista está criticando uma falha ou ineficiência do sistema de justiça ao tratar algo comum como novidade.

5 – Ao escrever um artigo de opinião, o articulista busca utilizar argumentos sólidos e bem fundamentados, para que possa interferir, de algum modo, na opinião de seus leitores e conquistá-los. A estratégia argumentativa adotada deve esclarecer ao interlocutor quais são as razões que levam o autor a assumir determinado posicionamento. Desse modo, é interessante que argumentos de diversos tipos sejam mobilizados para a melhor defesa da tese. Algumas possibilidades são: Argumento de autoridade, Argumento de causa e consequência, Argumento de comparação, Argumento de prova concreta e Argumento de exemplificação ou ilustração.

a) Diz-se que a formação e a atuação do autor do texto formam um **argumento de autoridade** a seu favor. Quando ele discute temas relacionadas a elas, há uma influência positiva na recepção dos leitores. O que confere ao articulista do texto esse caráter de autoridade diante do tema defendido?

R: O caráter de autoridade do articulista diante do tema defendido é conferido pela sua formação acadêmica e experiência profissional na área em questão. Se o autor possui um histórico comprovado de estudo e atuação relevante no assunto abordado, os leitores tendem a confiar

mais em suas análises e opiniões. No texto em questão, isso pode ser identificado pela menção de suas qualificações, publicações anteriores ou participação em debates e eventos sobre o tema, o que aumenta a credibilidade de seus argumentos e a influência positiva na recepção dos leitores.

b) No argumento de causa e consequência, o articulista apresenta causas e/ou efeitos resultantes de um acontecimento ou de uma medida. Ao escrever o seguinte trecho: “Enquanto aguarda pela sentença final, o cidadão pode ficar em liberdade (**uma vez que, como ficou dito, é inocente até provado o contrário**), embora lhe possam ser impostas medidas de coação”, qual é o raciocínio de causa e consequência no trecho em destaque? Escreva-o com suas palavras.

R: No trecho em destaque, o raciocínio de causa e consequência é o seguinte: a causa é o princípio de presunção de inocência, que estabelece que um cidadão é considerado inocente até que sua culpa seja provada. A consequência disso é que, enquanto aguarda pela sentença final, o cidadão pode permanecer em liberdade. No entanto, para mitigar riscos, podem ser impostas medidas de coação. Isso demonstra como a aplicação de um princípio jurídico resulta na liberdade provisória, mas com possíveis restrições para garantir a segurança e a ordem pública.

c) O argumento de exemplificação ou ilustração trata da exposição de um fato ocorrido com o articulista ou de conhecimento geral para comprovar que uma afirmação apresentada é pertinente. Em qual trecho do artigo é possível identificar o fato ocorrido com Daniel Alves?

R: O trecho do artigo que exemplifica o fato ocorrido com Daniel Alves é aquele que menciona diretamente seu caso, sendo ele: “A notícia sobressaltou todo o mundo e gerou justificadíssima indignação: o jogador Daniel Alves estuprou uma mulher na Espanha, mas, depois de ter pago um milhão de euros, saiu em liberdade.” Este trecho ilustra a situação específica de Daniel Alves, sendo ele o trecho que dá abertura ao artigo de opinião construído pelo autor.

6 – “Além dos **argumentos** (valores e verdades aceitas por uma determinada comunidade), podem ser usados também os **operadores argumentativos**, que nada mais são do que elementos da língua, por exemplo, conjunções, que orientam a sequência do discurso, e os pronomes, advérbios e locuções adverbiais de tempo (conhecidos como operadores dêiticos).”

(Mantovani; Moreira, 2013, p. 6).⁷

Transcreva, no quadro a seguir, alguns desses elementos presentes no texto:

Elementos articuladores	
Uso	Expressões
Indicar incerteza	R: <i>Parece que</i> (7º parágrafo)
Indicar certeza	R: <i>A certeza de que</i> (último parágrafo)
Indicar causa e/ou consequência	R: <i>Por isso</i> (5º parágrafo)
	R: <i>Porque</i> (6º parágrafo)
Acrescentar argumentos	R: <i>Também</i> (3º parágrafo)
Indicar oposição/contrariedade	R: <i>Mas</i> (1º parágrafo)
	R: <i>No entanto</i> (9º parágrafo)
	R: <i>Mas</i> (último parágrafo)
Preparar conclusão	R: <i>Afinal</i> (último parágrafo)

(Fonte: Adaptado de Mantovani; Moreira, 2013, p. 6).

7 – Pode-se observar a presença de articuladores textuais no artigo de opinião. Esses articuladores podem ser agrupados de forma diferente de acordo com a função que assumem no texto. Identifique, no texto, a presença de **articuladores** conforme a orientação abaixo:

a) dois articuladores de situação ou ordenação no espaço.

R.: “A notícia sobressaltou todo o mundo e gerou justificadíssima indignação: o jogador Daniel Alves estuprou uma mulher na Espanha, mas, **depois de** ter pago um milhão de euros, saiu em liberdade.” e “Pessoalmente, tive dúvidas. Não em relação à possibilidade de cometer crimes a troco de dinheiro —isso também me pareceu abominável. O problema é que **eu vivo em Portugal, que fica mesmo ao lado da Espanha**, e nunca tinha reparado que os meus vizinhos tivessem um sistema de justiça medieval.”

⁷ MANTOVANI, Andréa; MOREIRA, Vladimir. Linguagem e persuasão no gênero artigo de opinião. In: **Cadernos PDE**, v.1, p. 2-26, Paraná, 2013.

b) dois articuladores de relações lógico-semânticas.

R: “Unanimemente, o caso foi considerado um escândalo. Estuprar custava um milhão de euros; os ricos podiam estuprar impunemente; **contanto que se** tivesse dinheiro era possível comprar a liberdade.”

c) três articuladores de relações de temporalidade.

R: “...os criminosos vão para a prisão **quando** são condenados.”, “**Enquanto** aguarda pela sentença final, o cidadão pode ficar em liberdade” e “**Antes da** sentença final, o cidadão é, para todos os efeitos, inocente.”

8 – Encontre **dois exemplos de advérbios de modo** que expressam uma avaliação de caráter verdadeiro, obrigatório ou duvidoso, presentes nesse artigo de opinião.

R: “**Unanimemente**, o caso foi considerado um escândalo. Estuprar custava um milhão de euros; os ricos podiam estuprar **impunemente**”.

Pós-leitura

[Quantidade de aulas: 01 aula]

Figura 3. Ilustração Terciária

Fonte: PORT SIDE TREINAMENTOS. **Comunicação a bordo.** Disponível em: <https://www.portsidetreinamentos.com.br/post/comunica%C3%A7%C3%A3o-a-bordo>. Acesso em: 20 mai. 2024.

[Todos os pontos abaixo devem ser trabalhados oralmente, de modo a dinamizar a aula, resgatar o conteúdo absorvido pelos alunos e promover a interação por meio das respostas dadas as questões sociais, as quais exigem um nível de reflexão e criticidade.]

Sobre o artigo de opinião

1 – Façamos um *checklist* dos pontos abordados na realização das atividades propostas com o gênero artigo de opinião.

- a) A questão polêmica tratada no artigo e o posicionamento do autor;
- b) Função social do gênero;
- c) Estrutura geral do gênero;
- d) Marcas linguísticas presentes no artigo de opinião estudado.

2 – Leia outro artigo de opinião que também apresenta um posicionamento em relação ao caso de Daniel Alves.

Caso Daniel Alves não configura impunidade

Histórica, sentença sedimenta avanços na maneira de denunciar violência

Maria Carolina Trevisan⁸

Quando o ex-jogador da seleção brasileira Daniel Alves pagou a fiança de 1 milhão de euros (cerca de R\$ 5,6 milhões) para responder em liberdade por sua condenação nos crimes de estupro e abuso contra uma jovem de 23 anos, muita gente considerou o desfecho injusto. É pertinente criticar o fato de que Alves teve acesso a um benefício disponível apenas aos abastados. Apesar disso, é um equívoco dizer que ele está impune.

A sentença do tribunal de Barcelona que condenou Alves é histórica. Sedimenta avanços recentes na lei espanhola de liberdade sexual que provocaram mudanças importantes na maneira de denunciar esse tipo de violência —um gargalo que cala —, atender as vítimas, obter as provas para o processo e interpretar como se deram os acontecimentos.

⁸ Jornalista especializada na cobertura de segurança pública, Justiça e direitos humanos, é coautora do livro "Voto a Voto" (ed. Telha).

Figura 4. Ilustração Quaternária



Fonte: Em liberdade provisória, Daniel Alves se apresenta a tribunal na Catalunha - Nacho Doce/Reuters – REUTERS.

Atualmente, os estabelecimentos de lazer na Espanha devem cumprir um protocolo de atendimento imediato à mulher que sofrer violência: acolher, isolar e acompanhar a vítima; preservar o ambiente para obter provas e manter o suposto agressor no local; acionar a polícia e informar sobre a denúncia; atender e encaminhar a vítima aos exames médicos para a obtenção de outras provas contundentes, caso ela queira. Foi esse novo regulamento que tornou possível o desfecho do caso Daniel Alves.

O veredito que o condenou também traz outras mudanças: enseja credibilidade ao relato da mulher, mantém sua identidade preservada e deixa claro não ser necessária a existência de lesões físicas para provar a agressão sexual. Trata-se, portanto, de um recado objetivo e pedagógico de que não há volta atrás. Nem para um ídolo do futebol habituado à presunção de impunidade.

O caso Daniel Alves é a primeira grande causa penal depois da lei "só sim é sim", um avanço nas demandas dos movimentos feministas. Na sentença, a palavra "consentimento" aparece 27 vezes. "Para a existência de agressão sexual não é preciso que se produzam lesões físicas, nem que conste uma heroica oposição da vítima a manter relações sexuais", diz a sentença. "Não consta que a vítima tenha prestado seu consentimento." Com essa alegação, a Justiça reforça a ideia de que consentir é uma atitude mais afirmativa ("só sim é sim") do que negativa ("não é não") e consolida o aprimoramento na legislação.

De acordo com o veredito (em que cabe recurso), Daniel Alves deve cumprir 4,5 anos de pena (menos 14 meses, tempo em que esteve preso), completar um período de 5 anos de liberdade vigiada após deixar a cadeia, manter-se afastado do trabalho ou da residência da vítima no raio de 1 km e pagar 150 mil euros (cerca de R\$ 839 mil) à vítima por danos morais

e pelas lesões causadas. Sua defesa alega inocência e pede sua absolvição. A próxima etapa pode levar seis meses para acontecer.

Alguns juristas espanhóis consideraram baixa a pena de 4,5 anos para um crime que pode levar a 12 anos de prisão. Na legislação brasileira, o estupro tem pena prevista de 6 a 10 anos de reclusão. Mas, ao contrário do que ocorreu com Alves, um réu por esse tipo de crime pode levar em média 2 anos e 7 meses para ser condenado no Brasil, segundo dados de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Embora as atitudes de Daniel Alves ao sair da prisão não demonstrem arrependimento, a responsabilização não deve ser vista como vingança. Reconhecer que houve uma evolução no direito das mulheres neste caso é uma das formas de assegurar que esses avanços se tornem regras em um mundo acostumado a normalizar a violência de gênero e a livrar homens de qualquer implicação. Sabe-se, também, que medidas de prevenção são mais eficazes para enfrentar a violência sexual de gênero do que encarcerar alguém no sistema prisional brasileiro, um lugar incompatível com a vida.

a) Para você, após a leitura do texto escrito por Maria Carolina Trevisan, é possível comparar o posicionamento da articulista ao de Ricardo Araújo, apontado como contrário a defesa de Daniel Alves? Justifique.

R: Sim, é possível comparar o posicionamento de Maria Carolina Trevisan ao de Ricardo Araújo, apontando que ambos são contrários à defesa de Daniel Alves. Maria Carolina Trevisan critica a lentidão e as falhas do sistema de justiça, sugerindo uma descrença na eficácia da defesa de Daniel Alves. Ricardo Araújo, ao empregar ironia para destacar a obviedade de um sistema que só prende após a condenação, também expressa ceticismo quanto à defesa de criminosos antes da sentença. Ambos articulistas utilizam suas plataformas para questionar e criticar a proteção excessiva de acusados notórios, refletindo uma postura crítica frente ao tratamento jurídico dado a Daniel Alves.

b) O primeiro artigo de opinião lança mão de uma série de ironias para destacar, como argumento, o tom crítico estabelecido pelo articulista Ricardo Araújo, na apresentação de seus argumentos acerca do caso Daniel Alves. No texto de Maria Carolina Trevisan, também é possível reconhecer a mesma veia bem-humorada? Se não, qual é o tom do texto dela?

R: Não, no texto de Maria Carolina Trevisan não é possível reconhecer a mesma veia bem-

humorada presente no artigo de Ricardo Araújo. O tom do texto de Trevisan é mais sério e reflexivo, focando na análise crítica do sistema de justiça e na importância de tratar casos de violência de gênero com a devida seriedade. Ela adota um tom grave e comprometido com a justiça e os direitos das vítimas, evitando o uso de ironia e humor para enfatizar seus pontos.

c) Já não é de hoje que as mulheres são atingidas maciçamente por casos de estupro no Brasil e no mundo e que, por serem vistas como “frágeis”, sempre saem em desvantagem quando o assunto é a prática de um crime bárbaro como o estupro. Como você acredita que, no âmbito brasileiro, isso pode ser resolvido? São necessárias mais leis ou outro tipo de iniciativa? Justifique.

R: No âmbito brasileiro, a resolução do problema de violência contra as mulheres, incluindo casos de estupro, requer uma abordagem multifacetada que vai além da criação de novas leis. É essencial fortalecer a implementação e o cumprimento rigoroso das leis existentes, garantindo que os agressores sejam devidamente punidos. Além disso, é crucial investir em educação e conscientização, promovendo a igualdade de gênero e desconstruindo estereótipos que veem as mulheres como "frágeis". Programas de apoio e proteção às vítimas, treinamento especializado para policiais e profissionais de saúde, e campanhas de sensibilização são iniciativas fundamentais para combater esse problema de maneira eficaz.

Produção textual

[Quantidade de aulas: 04 aulas]

Planejar é preciso!

Saiba como organizar a sua escrita fazendo um bom planejamento.

[Neste momento, o professor apresentará algumas perguntas para os alunos a fim de que haja a elaboração de um esboço arquitetado e simples de estratégias que podem ser usadas na composição do artigo de opinião. Esta atividade deverá ser realizada individualmente. Os artigos de opinião deverão ser produzidos valendo-se da mesma proposta de temática do artigo de opinião produzido pelo Ricardo Araújo Pereira, sendo essa a da cultura do estupro, desde que emitam posicionamento contrário ao texto produzido pelo referido autor. Os artigos

produzidos pelos alunos irão circular internamente na unidade de ensino e poderão ser disponibilizados, aqueles que forem selecionados com maior relevância pública das narrativas emitidas, para disposição ao meio comunitário através de portal on-line da escola ou em convênio com a própria Secretaria de Educação local. Os alunos que irão escrever os artigos de opinião deverão assumir voz ativa, concordante ou discordante da tese sustentada pelo artigo de opinião de Ricardo Araújo Pereira, sobre o caso Daniel Alves.]

1ª etapa: Pesquisa para a produção de um artigo de opinião:

[A partir deste ponto, o estudante deve ter autonomia para coletar todas as informações necessárias para a produção de um artigo de opinião, desenvolvendo as habilidades de curadoria apresentadas no início dessa sequência didática. É importante salientar que, mesmo dada a autonomia, o professor pode orientar os alunos, principalmente, quanto à verificação e ao registro das informações necessárias, a fim de que a arquitetura textual, ou seja, a estrutura do texto saia como planejado, a partir do conhecimento da estrutura de um artigo de opinião apresentada também ao longo desta sequência didática.]

Neste momento, busque na internet, a fim de obter outras fontes que compartilhem do mesmo assunto tratado na leitura dos artigos de opinião apresentados nesta atividade. Pesquise por palavras-chave, diferentes modelos de introduções para um artigo de opinião, passos para a construção do artigo de opinião, estratégias argumentativas (tipos de argumentos, operadores argumentativos, ironias etc.) e outras informações necessárias para a composição do seu texto.

2ª etapa: Esquema de informações:

Antes de finalizarmos a nossa proposta didática, é hora de colocarmos em prática todo o conhecimento adquirido acerca da desinformação e cultura do estupro, estudados a partir do posicionamento contrário à defesa de Daniel Alves, expresso pelo autor Ricardo Araújo Pereira em seu artigo de opinião. Escrever sobre um assunto exige informação e conhecimento, por isso é indispensável a leitura, visto ser essa atividade uma fonte para a construção, reconstrução e constante atualização do nosso conhecimento. Antes de iniciar a sua produção, responda às perguntas abaixo de modo a orientá-lo em sua produção.

Perguntas para ajudá-lo na produção do seu artigo de opinião.

- 1 – A minha tese de produção textual será de discordância ou concordância?
- 2 – Qual é o objetivo da minha escrita?
- 3 – A quem dirijo a escrita? Quem é o meu leitor?
- 4 – Em que situação nos encontramos meu leitor e eu? Qual é a situação que envolve a mim (escritor) e a meu leitor?
- 5 – O que eu sei que o meu leitor já sabe e, portanto, não preciso explicitar?
- 6 – O que eu sei que o meu leitor não sabe e, por isso, preciso explicitar?

(Fonte: Inspirado em Koch; Elias, 2022, p. 160).

3ª etapa: Rascunho do artigo de opinião:

[O professor deverá orientar os alunos que, no momento da produção, deverão usar o lápis e o caderno para a construção do rascunho. Esta parte é extremamente necessário para que este passo não seja visto como irrelevante pelos alunos, dado a primeira escrita ser em forma de rascunho, passando a ideia de que pode ser feito de qualquer jeito. Aqui, também, é importante sinalizar para que a produção seja feita à mão e não digitada, tendo em vista que o aluno será testado em exames nacionais por meio da verificação da escrita. Assim, o desejado é que o estudante treine a caligrafia, a ortografia, o uso da translineação, da margem e dos demais aspectos linguísticos, para que sua produção seja mais efetiva.]

Realizadas as leituras, pesquisas e o debate, e tendo passado pelo esquema de informações, redija um rascunho apresentando a tese, os tipos de argumentos que serão abordados e a conclusão. A partir da leitura dos dois artigos de opinião, dos conceitos apresentados e da realização do debate, e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um artigo de opinião em modalidade escrita formal da língua portuguesa defendendo posicionamento contrário ao apresentado por Ricardo Araújo. Fique atento à estrutura: parágrafos, extensão das orações e a conexão entre as ideias. Observe o que foi trabalhado na seção “Leitura e análise linguística”, assim como o uso dos conectivos, dos advérbios, dos adjetivos e da norma-padrão.

4ª etapa: Escrita da 1ª versão do artigo de opinião e correção feita por um colega:

Com o rascunho pronto, escreva a primeira versão do texto original, que deve conter de 20 e 30 linhas, ser produzida à caneta e na folha de redação oficial entregue pelo professor. Logo após apresente para um colega e peça a ele para ler a sua redação, identificando os principais elementos constitutivos do seu artigo de opinião. Leiam cuidadosamente o conteúdo rascunhado com um olhar voltado para os aspectos gramaticais e o sentido. Observe se cada oração lida está em perfeita harmonia com a outra. Nesse momento, faça suas considerações, também, para a escrita da norma-padrão de maneira mais atenta como a utilização de concordância, regência, pontuação e outros aspectos formais. Após as observações feitas pelo colega, faça as devidas alterações e devolva ao seu colega para que ele faça as devidas correções a partir de uma nova elaboração do texto.

4ª etapa: Versão final:

[O professor receberá a versão final dos seus alunos, verificando os aspectos estruturais e gramaticais usados pelos estudantes ao produzir o artigo de opinião. Além disso, o professor checará também as características presentes na composição do artigo. Faça as devidas avaliações e devolva aos alunos com as observações que julgar necessárias, de modo que o aluno busque o aperfeiçoamento em próximas produções textuais.]

Após a realização das alterações necessárias, observadas por seu colega e por você, passe a produção da versão final, na folha definitiva. Peça ao seu professor essa nova folha, a fim de produzir um novo texto definitivo. Esteja atento ao uso da caneta esferográfica, bem como ter todo o cuidado para não passar dos limites da margem. Observados todos esses passos, entregue a sua versão final ao professor.

Habilidades verificadas na produção desta sequência didática:**TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO SOCIAL**

PRÁTICAS: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações;

(EM13LP02) Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.);

(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/ contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários;

(EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua;

(EM13LP07) Analisar, em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção;

(EM13LP08) Analisar elementos e aspectos da sintaxe do português, como a ordem dos

constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa;

(EM13LP12) Selecionar informações, dados e argumentos em fontes confiáveis, impressas e digitais, e utilizá-los de forma referenciada, para que o texto a ser produzido tenha um nível de aprofundamento adequado (para além do senso comum) e contemple a sustentação das posições defendidas;

(EM13LP16) Produzir e analisar textos orais, considerando sua adequação aos contextos de produção, à forma composicional e ao estilo do gênero em questão, à clareza, à progressão temática e à variedade linguística empregada, como também aos elementos relacionados à fala (modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc.) e à cinestesia (postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.).

CAMPO DA VIDA PESSOAL

PRÁTICAS: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

(EM13LP20) Compartilhar gostos, interesses, práticas culturais, temas/ problemas/questões que despertam maior interesse ou preocupação, respeitando e valorizando diferenças, como forma de identificar afinidades e interesses comuns, como também de organizar e/ou participar de grupos, clubes, oficinas e afins.

CAMPO DE ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA

PRÁTICAS: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

(EM13LP27) Engajar-se na busca de solução para problemas que envolvam a coletividade, denunciando o desrespeito a direitos, organizando e/ou participando de discussões, campanhas e debates, produzindo textos reivindicatórios, normativos, entre outras possibilidades, como

forma de fomentar os princípios democráticos e uma atuação pautada pela ética da responsabilidade, pelo consumo consciente e pela consciência socioambiental.

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA

PRÁTICAS: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

(EM13LP28) Organizar situações de estudo e utilizar procedimentos e estratégias de leitura adequados aos objetivos e à natureza do conhecimento em questão;

(EM13LP30) Realizar pesquisas de diferentes tipos (bibliográfica, de campo, experimento científico, levantamento de dados etc.), usando fontes abertas e confiáveis, registrando o processo e comunicando os resultados, tendo em vista os objetivos pretendidos e demais elementos do contexto de produção, como forma de compreender como o conhecimento científico é produzido e apropriar-se dos procedimentos e dos gêneros textuais envolvidos na realização de pesquisas;

(EM13LP32) Selecionar informações e dados necessários para uma dada pesquisa (sem excedê-los) em diferentes fontes (orais, impressas, digitais etc.) e comparar autonomamente esses conteúdos, levando em conta seus contextos de produção, referências e índices de confiabilidade, e percebendo coincidências, complementaridades, contradições, erros ou imprecisões conceituais e de dados, de forma a compreender e posicionar-se criticamente sobre esses conteúdos e estabelecer recortes precisos;

(EM13LP33) Selecionar, elaborar e utilizar instrumentos de coleta de dados e informações (questionários, enquetes, mapeamentos, opinários) e de tratamento e análise dos conteúdos obtidos, que atendam adequadamente a diferentes objetivos de pesquisa;

(EM13LP34) Produzir textos para a divulgação do conhecimento e de resultados de levantamentos e pesquisas – texto monográfico, ensaio, artigo de divulgação científica, verbete de enciclopédia (colaborativa ou não), infográfico (estático ou animado), relato de experimento, relatório, relatório multimidiático de campo, reportagem científica, podcast ou vlog científico, apresentações orais, seminários, comunicações em mesas redondas, mapas dinâmicos etc. –,

considerando o contexto de produção e utilizando os conhecimentos sobre os gêneros de divulgação científica, de forma a engajar-se em processos significativos de socialização e divulgação do conhecimento.

CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO

PRÁTICAS: Leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística/semiótica

(EM13LP38) Analisar os diferentes graus de parcialidade/imparcialidade (no limite, a não neutralidade) em textos noticiosos, comparando relatos de diferentes fontes e analisando o recorte feito de fatos/dados e os efeitos de sentido provocados pelas escolhas realizadas pelo autor do texto, de forma a manter uma atitude crítica diante dos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas como produtor;

(EM13LP39) Usar procedimentos de checagem de fatos noticiados e fotos publicadas (verificar/avaliar veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, formatação; comparar diferentes fontes; consultar ferramentas e sites checadores etc.), de forma a combater a proliferação de notícias falsas (fake news);

(EM13LP40) Analisar o fenômeno da pós-verdade – discutindo as condições e os mecanismos de disseminação de fake news e também exemplos, causas e consequências desse fenômeno e da prevalência de crenças e opiniões sobre fatos –, de forma a adotar atitude crítica em relação ao fenômeno e desenvolver uma postura flexível que permita rever crenças e opiniões quando fatos apurados as contradisserem;

(EM13LP45) Analisar, discutir, produzir e socializar, tendo em vista temas e acontecimentos de interesse local ou global, notícias, fotodenúncias, fotorreportagens, reportagens multimidiáticas, documentários, infográficos, podcasts noticiosos, artigos de opinião, críticas da mídia, vlogs de opinião, textos de apresentação e apreciação de produções culturais (resenhas, ensaios etc.) e outros gêneros próprios das formas de expressão das culturas juvenis (vlogs e podcasts culturais, gameplay etc.), em várias mídias, vivenciando de forma significativa o papel de repórter, analista, crítico, editorialista ou articulista, leitor, vlogueiro e booktuber, entre outros.

Observações Gerais – Pós Aplicação da SD

A sequência didática aqui apresentada foi devidamente aplicada à uma turma do ensino médio da rede pública de educação, obtendo assim resultados satisfatórios por meio do viés dialogal sob o qual o artigo de opinião fora trabalhado em prol do desenvolvimento de habilidades argumentativas. O aspecto dialogal fora estabelecido entre os educandos por meio da prática argumentativa, a partir da realização de leituras coletivas e do estudo dos artigos de opinião trabalhados. A partir da produção dos artigos de opinião pelos educandos foi confeccionado, como produto final, um material de divulgação que fora disponibilizado na biblioteca da unidade educacional cedente do espaço escolar para a realização desta pesquisa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados providos pela análise do aporte teórico selecionado para fundamentar esta pesquisa dispuseram de indicativos suficientes para emitir resposta ao problema investigado, que se pautou na seguinte indagação: “De que maneira o gênero artigo de opinião pode ser aplicado em sala de aula para atingir objetivos do ensino da argumentação previstos na BNCC?”. Pode-se, então, afirmar que, a partir do uso de uma sequência didática mediada pelo artigo de opinião nesse nível educacional, é possível desenvolver diferentes habilidades contidas na BNCC, além da argumentação crítica, a exemplo das habilidades de escrita, de expressão individual e coletiva de opinião, de fundamentação das opiniões etc.

No atendimento dos objetivos propostos por esta pesquisa, os resultados foram capazes de revelar que o artigo de opinião possui distintas características, as quais são relevantes para estimular o pensamento crítico individual e coletivo, além da conduta de averiguação das informações disponibilizadas em canais digitais e não digitais. Fato esse que estimula conduta investigativa que vise apurar e separar as veridades informativas das *fake news*, posicionamento esse requerido, para que os leitores e produtores textuais distanciem da promoção de informações falsas que induzem ao “senso comum”, aderindo então ao perfil de busca por informações embasadas.

Os resultados ainda demonstraram que a estrutura do artigo de opinião, a qual exige a fundamentação, desconstrói informações falsas, estimulando que os sujeitos busquem pela veracidade das informações lidas, para então confrontá-las ou com elas concordarem em momento oportuno de manifestação da co-opinião crítica sobre a leitura. Situação essa relevante para inúmeras temáticas que possam ser alvo de *fakes*, a exemplo da “cultura do estupro”, evitando assim que questões sociais de grande relevância possam ser induzidas ao pensamento errôneo sobre a dimensão dos seus efeitos prejudiciais na sociedade.

Valendo-se de todos os resultados alcançados, a pesquisa construiu e sugeriu uma sequência didática baseada no uso do artigo de opinião para o Ensino Médio, com a finalidade de trabalhar a temática da cultura do estupro, sob todas as perspectivas da estrutura deste tipo textual, atendendo aos diferentes objetivos mencionados pela própria BNCC. Por conclusão crítica, emite-se aqui opinião pessoal acerca da urgência de se trabalhar com o artigo de opinião no Ensino Fundamental e Médio, bem como demais gêneros textuais, dada a necessidade de desenvolvimento de habilidades requeridas para uma vida social e política mais cívica, principalmente as habilidades de emissão de opinião crítica fundamentada e de confronto com informações falsas por meio da devida apuração de veracidade.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth; ZAVAGLIA, Adriana. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. **Filol. lingüíst. port.**, v. 9, n. 9, p. 121-146, 2007. Disponível em: <https://revistas.usp.br/flp/article/view/59776/62885>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- AMOSSY, Ruth. **Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares**. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4864523/mod_resource/content/1/Amossy%20R.%20Argumenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20An%C3%A1lise%20do%20Discurso%20perspectivas%20teorias%20e%20recortes%20disciplinares.pdf. Acesso em: 16 mai. 2024.
- AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **ReVEL**, [S.l.], edição especial, v. 14, n. 12, p. 165-90, 2016. Disponível em: <https://revel.inf.br/files/f563cecec4f8b46afefe57c45529d721.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- ANTÓNIO, Ana. **Olhar a escola pelos artigos de opinião: da parentocracia à meritocracia ou um mandato da nova classe média**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2021.
- AZEVEDO, Isabel C. M.; TINOCO, Glícia M. A. M. Letramento e argumentação no ensino de língua portuguesa. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 18-35, jan./abr., 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46332/1/2019_art_icmazevedogatinoco.pdf. Acesso em: 16 mai. 2024.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. [Constituição Federal – CF]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mai. 2024.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC, 2017**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 16 mai. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BARROS, Eliana M. S. **Experiências com sequências didáticas de gêneros textuais**. São Paulo: Pontes, 2014.
- CAVALCANTI, Ricardo J. S. **O ensino da argumentação: uma experiência didática com o artigo de opinião no Curso de Letras**. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió, AL, 2010, 238f. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1321/1/O%20ensino%20da%20argumenta%C3%A7%C3%A3o%20uma%20experi%C3%Aancia%20did%C3%A1tica%20com%20o%20artigo%20de%20opini%C3%A3o%20no%20curso%20de%20letras.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.

CAVALCANTI, Ricardo J. S. Análise retórico-discursiva do artigo de opinião: o ethos e os efeitos de sentido construídos na argumentação. **VERBUM**, [S.l.], v. 8, n. 8, p. 80-92, mai., 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/23050/20324>. Acesso em: 16 mai. 2024.

CENTRO INTERNET SEGURA. **Fake**: o que é? Disponível em: <https://www.internetsegura.pt/FakeNews>. Acesso em: 20 mai. 2024.

CLARAS, Sônia M.; GRANDO, Roziane K. Gênero e ensino: contribuições de Marcuschi. **Interfaces**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 200-3, 2018. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/viewFile/5582/3834. Acesso em: 16 mai. 2024.

DITTRICH, Ivo J. Por uma retórica do discurso: argumentação técnica, emotiva e representacional. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 21-37, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1465/1170>. Acesso em: 16 mai. 2024.

DRUM, Marluce F.; LEBLER, Cristiane D. C. Argumentação, gêneros do discurso e o desenvolvimento de habilidades a partir das orientações da BNCC. **Diálogo das Letras**, Paços dos Ferros, v. 9, n. 9, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/2047/1870>. Acesso em: 16 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GRÁCIO, Rui A. **A interação argumentativa**. Portugal: Grácio Editor, 2016.

GRÁCIO, Rui A.; MOSCA, Lineide S. A importância da nova retórica para a compreensão de textos opinativos. **ReVEL**, [S.l.], v. 14, n. 12, p. 31-43, 2016. Disponível em: <https://encr.pw/CWQjh>. Acesso em: 16 mai. 2024.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore. **Argumentação e linguagem**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIMA, Rodrigo S. Fato ou opinião: uma proposta de sequência didática para o ciclo autoral. **REVISTA UNIFICADA – Fauesp**, [S.l.], v. 4, n. 6, jun., 2022. Disponível em: <http://revista.faes.com.br/index.php/Unificada/article/view/180/188>. Acesso em: 16 mai.

2024.

JACOB, Ana E.; GUIMARÃES, Maria F. As capacidades de linguagem no trabalho proposto com o gênero debatem na BNCC para os anos finais do Ensino Fundamental. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, [S.l.], v. 26, n.1, p. 52-77, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/37923>. Acesso em: 16 mai. 2024.

MAIA, Dominique; MEDEIROS, Letícia. **Cultura do estupro**: como assim? Disponível em: <https://www.politize.com.br/cultura-do-estupro-como-assim/>. Acesso em: 20 mai. 2024.)

MANTOVANI, Andréa; MOREIRA, Vladimir. Linguagem e persuasão no gênero artigo de opinião. In: **Cadernos PDE**, v.1, p. 2-26, Paraná, 2013.

MARCUSCHI, Luiz A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A.R., BEZERRA, A.A. (orgs.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINAZZO, Celso J. **Pedagogia do entendimento intersubjetivo**. 1. ed. São Paulo: Unijuí, 2005.

NASCIMENTO, Erivaldo P. O ensino da argumentação na leitura, na produção textual e na análise linguística: reflexões teórico-propositivas. **Revista do GELNE**, Natal, v. 17, n.1/2, p. 159-183, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/10186/7186>. Acesso em: 16 mai. 2024.

NERI, Zacarias O.; BRITO, Raíssa M. **O uso do gênero artigo de opinião multimodal em sala de aula**: trabalhando a argumentação e a multimodalidade no 9º ano do ensino fundamental. VIII COGITE – Colóquio Sobre Gêneros e Textos, Universidade Federal do Piauí – UFPI, 8 a 10 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/ancogite/article/view/13888/pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.

OLIVEIRA, Helen S. J.; OLIVEIRA, Renato J. Retórica e argumentação: contribuições para a educação escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 70, p. 197-212, jul./ago., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dSyhvQRcd9NsjCqxsmmcYhh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2024.

PEREIRA, Ricardo A. **Aguardar julgamento em liberdade é diferente de pagar para cometer crimes**. Folha UOL, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardo-araujo-pereira/2024/03/aguardar-julgamento-em-liberdade-e-diferente-de-pagar-para-cometer-crimes.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes. Tradução de *Traité de l'argumentation: la nouvelle rhétorique*, 2005.

PERSONALITÉ SERVIÇOS. **Curadoria de informação**: você sabe o que é? Disponível em:

<https://personaliteservicos.com.br/personalite/curadoria-de-informacao/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

PORT SIDE TREINAMENTOS. **Comunicação a bordo**. Disponível em: <https://www.portsidetreinamentos.com.br/post/comunica%C3%A7%C3%A3o-a-bordo>. Acesso em: 20 mai. 2024.

RAMOS, Rizia A. P.; LIMA, Maria V. M. Análise do gênero artigo de opinião no livro didático à luz da análise crítica dos gêneros: reflexões para o ensino. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 174-91, set./dez., 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/78739/48250>. Acesso em: 16 mai. 2024.

SANTOS, Marcos B. Discurso, argumentação e ensino: elementos para uma abordagem transdisciplinar. **Revista A Cor das Letras**, [S.l.], v. 16, p. 58-69, 2015. Disponível em: <https://ojs3.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1403/pdf>. Acesso em: 16 mai. 2024.

SARMENTO, Leila L. **Vereda digital: gramática em textos**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012.

SILVA, Eduardo S. **A produção do Gênero artigo de opinião no 9º ano do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, PB, 2020, 196f.

VIDON, Luciano N. Argumentação na BNCC dos processos cognitivos aos campos de atuação social. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 59-78, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/3923/2542>. Acesso em: 16 mai. 2024.

VIEIRA, Silva M. **A construção do argumento no ensino médio: uma investigação dos recursos argumentativos no gênero dissertativo argumentativo escolar**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, 2013, 290f. Disponível em: https://www.pgletras.com.br/_documentos/acervo/teses/2013/linguistica/Silvia_Maria_Vieira.pdf. Acesso em: 16 mai. 2024.

WILIANS, Nelson. **O acesso à informação**. Pensador, 2024. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/Mjk4MDc5MQ/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Retórica e argumentação**. In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.